

# TRIBUNA

ANO XLVI - JULHO 2017 - Número 568

## DO ADVOGADO

Órgão de divulgação da  
**OABRJ**

# Mais transparência e custos menores

OAB/RJ adota sistema de compras  
pela internet similar ao pregão eletrônico



# LINHAS DE CRÉDITO PARA ADVOGADAS



Financiamos o que é importante para o fortalecimento da advocacia feminina. Taxas inferiores ao mercado!

## Fique Digital

Computadores  
Scanner  
Desenvolvimento de site  
Servidor  
Montagem de rede  
Identidade visual digital

## Financiamento de veículos

## Qualificação

Desconto e financiamento de cursos de extensão e pós-graduação

## Linha de crédito pessoal

Elimine dívidas com bancos e realize seus projetos

Mais informações:

Av. Marechal Câmara, 210, loja A

**(21) 2544-5522**

atendimento@advcredi.com.br

**ADV Credi | OABRJ**

# Transparência e austeridade na gestão da OAB/RJ



FELIPE SANTA CRUZ

Com a adesão ao sistema de compra coletiva via internet, estamos dando mais um passo no sentido de reduzir custos e, paralelamente, garantir transparência na gestão da Seccional. O mecanismo é análogo ao pregão eletrônico, modalidade licitatória que possibilita o aumento de participantes economia no preço dos produtos e serviços.

O plano é implantar o sistema inicialmente na Seccional e, em seguida, estendê-lo às subseções, de modo a assegurar bons prestadores pelo menor valor, otimizando os gastos de toda a Ordem. O pregão eletrônico representa mais uma medida de controle de despesas, dentro da política de administrar com absoluta austeridade a anuidade do advogado.

\* \* \*

Prioridade número um da gestão, a defesa das prerrogativas tem sido objeto constante de nosso trabalho. Nas últimas semanas, estivemos reunidos com representantes do Banco do Brasil para pleitear a revogação da restrição de DOCs e TEDs nos mandados de pagamento. Em outra frente, fizemos a reforma do parlatório do presídio Ary Franco, em Água Santa, visando a possibilitar melhores condições de trabalho para

os advogados que atendem seus clientes no local. Também abrimos um canal de diálogo com a presidência do TRF, a fim de que os colegas não precisem mais se submeter à revista na entrada da Justiça Federal.

A Comissão de Prerrogativas realizou ainda uma pesquisa de campo para identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos advogados em seis áreas de atuação: varas de Família, varas cíveis, juizados especiais cíveis, Órfãos e Sucessões e Justiça Federal. A partir do resultado do estudo, a Ordem promoverá ações efetivas com o objetivo de resolver os problemas.

\* \* \*

A reinauguração do salão nobre da OAB/RJ, que agora leva o nome do referencial Antônio Modesto da Silveira, foi um grande momento de encontro da advocacia em torno de seus mais valiosos ideais. Modesto foi um ser humano exemplar e simboliza a defesa da liberdade e da cidadania, postulado que a Ordem tem como norte. Portanto, ao batizar o espaço com o nome do colega, a OAB/RJ não só faz justiça a um dos mais importantes advogados brasileiros, como também reafirma seu compromisso com a luta pela democracia e pelos direitos humanos e sociais.



## Colega que teve conversa com cliente gravada é desagravado em Niterói

*João de Deus:* Causa-me indignação o MP usar tal gravação em seus argumentos, tal ato é indigno, imoral por parte daquele que em razão de seu ministério tem o dever legal de zelar pela observância da lei.

*Moreira Lisbôa:* Infelizmente, este não é um caso isolado, as prerrogativas dos advogados estão sendo violadas diariamente, o problema é que não é sempre que a OAB está presente.

## Ivone Caetano abre a I Conferência Estadual da Mulher Advogada

*Janaína de Oliveira Ferreira:* Um evento histórico! Para não só guardar na memória mas para resgate da autoestima das advogadas.

## OAB/RJ atuará em favor de jovem advogada discriminada por juíza

*Débora Vale:* Essa juíza é extremamente debochada e desrespeitosa, não apenas com advogados, mas com as partes também. E ela não é a única que faz isso. Há outros iguais ou piores e nada acontece. (...).

O tratamento de alguns juizes aos advogados costuma ser grosseiro e desrespeitoso (não cabe citar nomes, mas quem milita na JT sabe quem são os problemáticos).

Não consigo entender o motivo pelo qual eles têm esse tipo de atitude: ganham bem, têm várias prerrogativas, podem fazer seus horários de acordo com suas necessidades e ainda assim vivem de péssimo humor, destratando as pessoas como se fossem deuses do Olimpo.

*Lydiane Marinho Vieira:* Parabéns, não podemos mais aceitar atitudes como essas.

## OAB/RJ sedia I Congresso dos Direitos da Criança

*Graciane Volotão:* Excelente iniciativa! Parabéns, OAB/RJ.

*Josinilma Silva:* Muito bom, criança e adolescente são nossa prioridade absoluta!

## Inaugurado Plenário Antônio Modesto da Silveira, na OAB/RJ

*Rafael de Jesus:* Bela homenagem a um grande advogado!

## OAB/RJ oficia BB contra restrição em pagamento de mandados

*Advocacia Velozo Vianna:* A OAB/RJ não pode esquecer de se levantar contra o Aviso 23, pois é contrário ao Código de Processo Civil, contrário à Lei 9099/95 e contrário à Lei 8072/90. (...) O Aviso 23 proibiu que o autor protocole petição inicial na comarca da capital se a empresa ré não tiver sua sede na capital. Sendo que o código e as leis acima descritas dizem que o autor pode protocolar inicial em qualquer local que a empresa ré mantenha sucursal, mantenha estabelecimento, filial, agência ou escritório administrativo (...). Portanto, necessita de intervenção da OAB/RJ.

*Eliana N. Barboza:* Aconteceu comigo. Antes, mesmo sem ser correntista, recebia via TED, agora não mais. Um abuso.

*Elizabeth Antunes:* Aconteceu comigo ontem, BB de Bangu. Fui impedida de fazer TED ou DOC. Como não era de meu interesse abrir uma conta, não tive alternativa a não ser sair do banco com um valor considerável para fazer depósito em meu banco (...).

## DEPARTAMENTO DE JORNALISMO DA OAB/RJ

Diretor:  
Felipe Santa Cruz

Superintendente de Comunicação:  
Marcelo Moutinho  
marcelo.moutinho@oabrj.org.br

**TRIBUNA DO ADVOGADO**  
Fundada em 1971 por José Ribeiro de Castro Filho

Editora: Patrícia Nolasco (MTB 21.584)  
patricia.nolasco@oabrj.org.br

Editor assistente: Eduardo Sarmento  
eduardo.sarmento@oabrj.org.br

Projeto gráfico e diagramação: Victor Marques  
victor.marques@oabrj.org.br

Impressão: Esdeva  
Tiragem: 122.000 exemplares

Portal da OAB/RJ  
www.oabrj.org.br

Editora: Amanda Lopes  
amanda.lopes@oabrj.org.br

Redes sociais  
www.facebook.com/oabrj  
twitter.com/OABRJ\_oficial

Editora: Marina Iris  
marina.iris@oabrj.org.br

Reportagem:  
Cássia Bittar  
cassia.bittar@oabrj.org.br  
Nádia Mendes  
nadia.mendes@oabrj.org.br  
Renata Loback  
renata.loback@oabrj.org.br  
Vitor Fraga  
vitor.fraga@oabrj.org.br

Fotografia:  
Bruno Marins e Lula Aparício  
Design gráfico:  
Flávia Marques e Raphael Carneiro

### Assessoria de Imprensa

Franco Thomé  
franco.thome@oabrj.org.br  
Suzi Melo  
suzi.melo@oabrj.org.br

### Publicidade

Gestão de Negócios  
Comunicação Integrada Ltda.

Adriana Furtado  
adriana@gestaodenegocios.com.br

Helena Macedo  
helena@gestaodenegocios.com.br

Enio Santiago  
enio@gestaodenegocios.com.br  
Tels: (21) 2245-8660 / 2556-8898

Departamento de Jornalismo e Publicações  
Av. Marechal Câmara, 150 - 7º andar - Castelo  
Rio de Janeiro - CEP: 20020-080  
Tel: (21) 2730-6525 / 2272-6150  
tribunadoadvogado@oabrj.org.br

## PRERROGATIVAS

Página

**9**

Pesquisa da Comissão de Prerrogativas confirma dificuldade dos advogados para despachar com juízes

Página

**12**

Modesto da Silveira dá nome a plenário da OAB/RJ em homenagem póstuma

Página

**14**

Conferência da Mulher Advogada apresenta propostas pela igualdade de gênero

Página

**15**

Congresso reúne seccionais no Rio e confirma respaldo ao ECA

Página

**24**

Comissão de Direito Homoafetivo dá apoio a famílias de filhos LGBT para superação de preconceitos

Página

**28**

Demora na aplicação de dispositivos do Código Florestal traz prejuízos à proteção ambiental

## OPINIÃO

Página

**32**

Rafael Borges analisa: o que está oculto no chamado combate à corrupção?

## PANORAMA

Página

**34**

Direito da Moda, *Brexit*, jovem advocacia e PEC das diretas nos eventos da Ordem

## SUBSEÇÕES

Página

**38**

Zonais do Sul Fluminense e da Baixada apontam problema da morosidade do Judiciário. Na Barra da Tijuca, pesquisa via internet cataloga problemas dos colegas

## CAARJ

Página

**43**

Caixa comemora sucesso da Copa de Jiu-jitsu e do projeto *Cantando Direito*

## ESTANTE

Página

**46**

Direito Penal, redação jurídica e desmonte dos direitos trabalhistas, temas dos lançamentos

## CULTURA

Página

**48**

Musicais com ingresso mais barato e mostra fotográfica são destaques na programação. Na *Dica*, documentário *Cidades fantasmas*

Página

**6**

## Entrevista

Ilona Szabó, pesquisadora e diretora do Instituto Igarapé



Página

**8**

Seccional vai aderir a sistema de compras similar ao pregão eletrônico para dar mais transparência na gestão e diminuir custos

Página

**16**

## PontoContraPonto

Miro Teixeira e Luiz Fernando Casagrande Pereira divergem sobre possibilidade de eleições diretas na hipótese de afastamento do presidente Michel Temer



Página

**18**

Aumento no número de pais que decidem não vacinar os filhos levanta debate sobre limites entre direito individual e regulação do Estado



Página

**26**

## Espaço Aberto

Rodrigo Mascarenhas defende a necessidade de que se garanta aos agentes públicos tranquilidade para tomar decisões, sem medo



Página

**50**

## Vida Privada

Suzani Ferraro elege a Toscana e o Rio de Janeiro como lugares preferidos



# ‘É preciso tirar o consumo de drog

Pesquisadora nas áreas de segurança pública e drogas, Ilona Szabó de Carvalho aponta equívocos dos diversos níveis de governo no enfrentamento aos crescentes níveis de homicídios e violência no país. “Ainda prevalece um entendimento de que segurança é sinônimo de mais polícia e prisões” e é preciso mudar as abordagens do problema, pontua.

Diretora executiva do Instituto Igarapé e coordenadora do secretariado da Comissão Global de Políticas sobre Drogas (2011-2016), Szabó defende mudanças no tratamento da questão e avalia que a política de guerra às drogas não deu certo. “É cara, sem resultados e com consequências ainda mais dispendiosas. E só atende aos interesses econômicos do crime organizado”.

## PATRÍCIA NOLASCO

Estudos indicam que os homicídios e latrocínios cresceram no país a níveis alarmantes. Na pesquisa *Instinto de Vida* (Datafolha/Fórum Brasileiro de Segurança Pública), apresentada em maio, mais de um terço (35%) dos entrevistados informaram ter perdido alguém próximo em decorrência da violência. As políticas de segurança pública – em especial, no Rio de Janeiro – estão equivocadas?

**Ilona Szabó de Carvalho** – Embora o Brasil tenha níveis epidêmicos de homicídios, diferentes esferas de governo ainda não enfrentaram esta questão de maneira adequada. Ainda prevalece um entendimento de que segurança é sinônimo de mais polícia e prisões. Tal abordagem claramente não tem surtido efeitos positivos. É fundamental que as três instâncias de poder entendam que têm responsabilidade por essa pauta. Precisamos de comprometimento de todos, com metas e planos que enfatizem a prevenção e tenham foco prioritário nos crimes violentos, sobretudo os homicídios. Mas, para isso, são necessárias políticas públicas baseadas em evidências e orientadas por resultados. Felizmente, já sabemos que é possível reduzir a violência letal e como fazê-lo. Além de um policiamento inteligente, são necessárias políticas públicas voltadas para a prevenção. Os homicídios são altamente concentrados em torno de lugares, comportamentos e pessoas vulneráveis à violência. É preciso que as estratégias para reduzi-los levem em consideração esses elementos. Esse é o caso de políticas sociais voltadas para bairros com altos níveis de desorganização social, por exemplo. Programas de reincidência voltados para pessoas que tiveram problemas com a Justiça também entram aí.

A campanha para redução de homicídios *Instinto de Vida* preparou um guia de elaboração de planos de

# as da esfera da Justiça criminal'

redução de homicídios, com exemplos concretos de políticas públicas que funcionam. Além das já mencionadas, estão elencadas na publicação outras abordagens, como a regulação responsável de armas e o fortalecimento das capacidades de investigação policial e do sistema de Justiça criminal. Nos próximos meses, as organizações da campanha atuarão da seguinte forma: buscando compromissos claros de diferentes níveis de governo, com objetivos e metas para a redução de homicídios; apoiando o desenvolvimento de planos e programas para reduzir os homicídios nas áreas mais afetadas; disseminando dados e informações sobre políticas públicas e programas que funcionam; organizando mobilizações para pressionar tomadores de decisão e estimulando a empatia e a desbanalização dos homicídios.

**Como reduzir a letalidade policial, que, segundo dados do Instituto de Segurança Pública, teve aumento de 96,7% em um ano, no Rio? A ideia de uma polícia comunitária que orientou a criação das UPPs naufragou?**

**Szabó** – Evidências indicam que é preciso fortalecer as capacidades da polícia e sua relação com as comunidades. Policiais devem ser preparados para prevenir e dissuadir comportamentos que podem levar à incorrência de crimes violentos. Parte da violência policial é explicada pela formação precária recebida por esses profissionais, assim como por seu alto grau de estresse. A falta de protocolos e treinamentos relacionados ao uso progressivo da força – com procedimentos padronizados para cada caso – leva a uma imprevisibilidade em suas ações. Iniciativas voltadas para a prevenção da violência policial seriam essenciais para reversão desses cenários. O monitoramento de policiais cujo número de disparos está acima da média é um exemplo disso.

No caso das UPPs, embora tenha havido sucesso inicial, com reduções significativas de homicídios e outros crimes, infelizmente não foi estabelecida

a integração necessária do programa com ações sociais e de desenvolvimento econômico. Houve interrupção de um trabalho que estava em sua fase inicial, e sem a integração das ações – e com a adição dos fatores crise política e crise econômica – estamos voltando a observar o crescimento de índices de violência.

**De acordo com a campanha *Instinto de Vida*, que integra o Instituto Igarapé com organizações de sete países – Brasil, Colômbia, México, Venezuela, Guatemala, Honduras e El Salvador –, a América Latina concentra apenas 8% da população mundial mas registra 38% dos homicídios, com 144 mil assassinatos por ano, quase 60 mil deles no Brasil. O que têm em comum as políticas públicas latino-americanas para apresentar índices tão negativos?**


**Szabó** – A violência letal é um fenômeno complexo, decorrente do acúmulo de múltiplos fatores de risco. Países e cidades latino-americanas concentram várias dessas razões. Entre elas, estão desigualdade, desemprego (especialmente entre os jovens), baixa escolaridade, urbanização rápida e irregular, acesso desregulado a armas. Há ainda razões políticas, fruto da não priorização dos diferentes níveis de governo, e de negligência com a questão. A impunidade, resultado da baixa taxa de investigação e elucidação desses crimes, se soma como um dos principais fatores. Como mencionado acima, medidas populistas e pouco efetivas ainda são prevalentes na nossa região. Precisamos de lideranças com coragem para mudar a abordagem em relação à redução da violência.

**Está em apreciação no Supremo Tribunal Federal recurso sobre a descriminalização do porte de drogas ilícitas para consumo próprio. Por que este julgamento é importante?**

**Szabó** – A mudança na Lei de Drogas tiraria o problema da esfera criminal para tratá-lo como uma questão de saúde. A Lei 11.343 despenalizou o porte para consumo pessoal de drogas, acabando com a pena de prisão para usuários e

aumentando a pena para traficantes, mas, ao não elencar critérios objetivos de distinção entre uso e tráfico, acabou deixando policiais e juízes sem um quadro de referência claro de como classificar condutas. Além disso, a falta de critérios objetivos facilita a ocorrência de arbitrariedades. Em outros países, europeus e latino-americanos, a prática corrente é o uso de quantidades de referências, derivadas de padrões de consumo nacionais, estabelecendo quantidades abaixo das quais o porte é considerado para uso pessoal e não tráfico. Sem este tipo de mecanismo à mão, assistimos desde 2006 ao aumento considerável do encarceramento no país.

**Na sua avaliação, por que é preciso avançar no debate sobre a descriminalização das drogas e a regulação deste mercado?**

**Szabó** – A política de guerra às drogas não funcionou. Não é adequada para desestimular o consumo de droga e, pior, acaba funcionando como barreira ao acesso à ajuda psicossocial por parte de quem precisa. Essa política ainda contribui para sobrecarregar o sistema de segurança pública, que passa a se ocupar do usuário, e do sistema de Justiça criminal. O que funciona é a prevenção. A criminalização não atende aos interesses econômicos públicos. É uma política cara, sem resultados e com consequências ainda mais dispendiosas. Só atende aos interesses econômicos do crime organizado. O que propomos como agenda para a reforma das políticas de drogas no Brasil é tratar o uso com uma abordagem de saúde pública e de redução de danos, regulamentar o uso medicinal da *cannabis*; incentivar pesquisas médicas e científicas com *cannabis* e outras substâncias ilícitas; construir uma estratégia de comunicação e educação honestas sobre drogas para reduzir e retardar o uso e prevenir o abuso de substâncias, tirar o consumo de drogas da esfera da Justiça criminal e investir em programas para a juventude em risco e para egressos do sistema de medidas socioeducativas e prisional. 



# OAB/RJ vai aderir a sistema de compras via internet

Como parte da política de transparência na gestão da Seccional, a entidade vai aderir a um sistema privado de compra coletiva via internet, análogo ao pregão eletrônico – modalidade licitatória utilizada pelo governo brasileiro para contratar bens e serviços (criada pela Lei 10.520/02 e regulamentada pelo Decreto 4.450/05). O objetivo é aumentar a quantidade de participantes e reduzir os custos, já que a ação é realizada em ambiente virtual.


“É fundamental que as instituições tenham transparência. Tomamos uma série de medidas nesse sentido, e a adesão ao sistema de pregão eletrônico é mais um passo na direção de uma gestão moderna e austera, que investe cada

centavo da anuidade em benefícios para a advocacia, e com redução de custos para a Ordem”, diz o presidente da OAB/RJ, Felipe Santa Cruz.

O tesoureiro da entidade, Luciano Bandeira, reforça, ao anunciar a novidade, que o novo modelo de compras irá possibilitar redução de gastos. “O pregão eletrônico é um avanço no processo de modernização da administração, para produzir os melhores resultados para a advocacia, porque teremos bons prestadores de serviços pelo menor preço, alinhados com as atuais regras de governança corporativa”, afirma Bandeira. O sistema será implantado primeiramente na Seccional, e levado depois às subseções, por critério de tamanho.

A Ordem adere ao novo sistema através de convênio com a empresa Mercado Eletrônico, especialista em comércio B2B – (*business to business*), sigla utilizada no comércio eletrônico para definir transações comerciais entre empresas –, que desenvolve comunidades de compradores e fornecedores na rede. Segundo o diretor de canais, Paulo Rosanova, a Mercado faz a intermediação entre os fornecedores e os clientes, via plataforma online. “Criamos a solução em 1994, e desde 2000 estamos na internet aperfeiçoando o serviço. Em 2016, movimentamos R\$ 80 bilhões, atuando no mundo todo e com filiais nos Estados Unidos e em Portugal. Temos mais de um milhão de fornecedores ativos e cerca de 800 compradores que utilizam uma

ferramenta, que está 100% na nuvem”, explica ele, garantindo uma economia de 20% a 40% dos preços. Para acessar a plataforma, cada comprador tem um *login* e uma senha que dão acesso apenas aos catálogos direcionados para cada cliente.

Informações do Ministério do Planejamento apontam que o sistema de pregão eletrônico existe em diversos países, com outros nomes, embora a experiência brasileira seja única, pela amplitude. Há iniciativas isoladas de sistemas de compras governamentais no México, em alguns estados nos Estados Unidos, no Chile e na Coreia do Sul, além do processo de implementação da medida na França. 



Felipe Santa Cruz

Foto: Bruno Martins



Luciano Bandeira

Foto: Lúia Aparício





Ramon Teixeira e coordenadores analisaram entrevistas com 300 colegas

Foto: Bruno Martins

# Pesquisa atesta que juízes não recebem advogados

Entrevistas feitas pela Comissão de Prerrogativas com cerca de 300 advogados mostram principais casos de desrespeito ao exercício profissional do advogado. Ordem vai cobrar medidas dos órgãos de acordo com suas especificidades

## EDUARDO SARMENTO

Reestruturada há pouco mais de um ano, a Comissão de Prerrogativas utilizou suas novas coordenadorias para realizar, durante o segundo trimestre de 2017, uma pesquisa de campo a fim de identificar os principais problemas dos colegas no exercício da profissão. O trabalho foi dividido em seis áreas – varas de Família, órgãos públicos, varas cíveis, Justiça Federal, Juizados Especiais Cíveis e Órfãos e Sucessões –, com cerca de 300 advogados

entrevistados. Mesmo antes da consolidação dos números, é possível fazer algumas constatações. A principal delas é a extrema dificuldade encontrada pelos colegas em despachar com os magistrados. As providências a serem tomadas serão estudadas caso a caso.

“Planejamento. Esta é a palavra-chave. Nosso principal objetivo em 2016 foi organizar a comissão para que conseguíssemos resolver as demandas urgentes no menor tempo possível. Em 2017, nossa intenção era fazer algo pla-

nejado, e a coleta de dados é o primeiro passo para ações propositivas, não mais apenas sob demanda. Pretendíamos realizar esta pesquisa no início do ano, mas a greve dos serventuários nos obrigou a adiar o projeto em alguns meses”, esclarece o presidente da Comissão de Prerrogativas e tesoureiro da Seccional, Luciano Bandeira.

A pesquisa foi toda realizada *in loco* e as perguntas feitas aos advogados abordaram o respeito às prerrogativas, a estrutura física dos locais, o tempo de atendimento e de tramitação dos processos e o recebimento por parte dos juízes ou responsáveis. Para cada questão, eram cinco possibilidades de resposta: nunca, nem sempre, quase sempre, sempre e sem opinião.


(continua na página seguinte)

Segundo o procurador da comissão Ramon Teixeira, a consolidação dos dados possibilitará ações mais efetivas. "A partir de agora teremos algumas certezas que não tínhamos apenas analisando casos individuais, por mais que eles se repetissem algumas vezes. Não podíamos fazer uma análise conjuntural da situação. Já identificamos, por exemplo, que na Justiça Federal o andamento dos processos físicos é problemático, muito provavelmente porque os juízes estão preferindo despachar os eletrônicos", explica, citando um dos resultados obtidos.

A coordenadoria da Justiça Federal, sob responsabilidade de João Carlos de Azevedo, não foi a única a registrar reclamações em relação à tramitação dos processos. O mesmo problema foi identificado nos Juizados Especiais Cíveis, sob responsabilidade de Fernanda Mata, e nas varas de Órfãos e Sucessões, setor comandado por Barbara Ewers.

Nos órgãos públicos, os problemas informados pelo coordenador Marcelo Rabelo foram variados, indo de questões estruturais até o atendimento prestado por procuradores. Nesta área, foram feitas entrevistas no Banco do Brasil, na Caixa Econômica Federal, na Secretaria Municipal de Transportes, na Receita Federal, no Detran e no INSS.

Em todas as serventias, inclusive nas varas de Família e cíveis, cujos relatórios foram elaborados, respectivamente, por Marcos Fabricio e Vanessa Lopes, a principal questão foi o não recebimento dos advogados pelos magistrados. Este problema, no entanto, muitas vezes não é identificado pelo advogado como uma violação de prerrogativas, conforme conta Ramon Teixeira. "Juizes não recebem advogados. É um problema absurdo, antigo e recorrente. Vamos intensificar esta questão em nossos cursos de prerrogativas, é preciso que os colegas tenham a consciência plena de seus direitos", diz, citando as aulas que vêm acontecendo ao longo do ano, tanto na capital quanto no interior do estado.


Questionado sobre as medidas possíveis para resolver os problemas identificados, Teixeira explica que cada situação pede uma atitude específica. "A primeira coisa a se fazer é oficializar ao órgão informando o ocorrido e cobrando explicações. A partir daí, cada caso se desenrola de uma forma. Em órgãos públicos, por exemplo, tem funcionado a ação civil pública. Agimos assim em um caso com a Secretaria de Fazenda e conseguimos um acordo bom para todos. O certo é que saímos dos muros da comissão e estamos na *front* escutando os advogados. Teremos, a partir de agora, ações direcionadas", afirma. 

# Ordem faz reforma no parlatório do Ary Franco

Firmado em 2015, o convênio entre a Seccional e a Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (Seap) possibilitou a reforma total do parlatório do presídio Ary Franco, em Água Santa. Com inauguração prevista para este mês, o local passou por melhorias, respeitando as principais demandas dos advogados criminalistas que diariamente atendem seus clientes no local.

Uma das mais frequentes reclamações, o calor não vai mais incomodar, já que foram instalados um bebedouro com água gelada e um ar condicionado.

Em outra frente, garantindo a segurança e o sigilo entre advogados e clientes, todos os interfones foram comprados pela Ordem e estão funcionando. A sala está nos padrões do projeto *OAB Século 21*, com pintura e bancos novos para os colegas aguardarem.

Do lado de fora do presídio, outra novidade. Embora os colegas já tivessem atendimento preferencial, também passam a aguardar em fila exclusiva e num ambiente um pouco mais confortável e limpo, já que os banheiros públicos foram removidos do local. 

## OAB/RJ cobra do BB solução para problema com mandados




Foto: Lula Aparício

Luciano pediu revogação da restrição

Representantes do Banco do Brasil (BB) estiveram na sede da OAB/RJ, dia 21 de junho, para uma reunião antes de responderem formalmente ao ofício enviado pela Procuradoria da Seccional na véspera, em que a Ordem manifestou reprovação e solicitou a revogação da recente medida estabelecida pelo banco no sentido de restringir DOCs e TEDs de mandados de pagamentos apenas para correntistas. O ofício foi assinado pelo presidente da Ordem, Felipe Santa Cruz, pelo tesoureiro e presidente da Comissão de Prerrogativas, Luciano Bandeira, e pelo procurador-geral, Fábio Nogueira.

"Temos certeza de que o BB não tem a intenção de impor a abertura de contas, já imaginávamos que o problema fosse alguma questão burocrática. Em resposta ao nosso ofício, os representantes vieram, de forma cortês, para esta reunião, antes de responder

formalmente. A partir do retorno oficial da instituição, a Ordem irá analisar a questão e, juntamente com o presidente Felipe Santa Cruz, tomaremos as medidas necessárias", afirmou Luciano, que representou Felipe na reunião, juntamente com o procurador-geral.

O superintendente de Negócios, Varejo e Governo do BB, Rogério Lacava, garantiu que o banco "de maneira alguma quer impedir o acesso dos advogados não correntistas aos recursos", ou manter os mesmos na instituição. "A ideia é atender a algumas legislações anteriores, basicamente relacionadas à lavagem de dinheiro. Quer dizer, tomou-se antes uma medida em um sentido e acabou-se involuntariamente atingindo outro assunto. Estamos tomando as providências para que ninguém seja prejudicado", esclareceu. Já o gerente da agência responsável pelos depósitos judiciais no Fórum, Eladio Correa, lembrou que é possível acessar o sistema de várias formas. "Gostaria de incentivar a busca pelos canais alternativos, como através do próprio site da OAB/RJ, possibilidade que está funcionando normalmente. Outra forma de agilizar o processamento é por meio da petição ao juízo, informando os dados do destinatário", explicou. 

# Seccional age em favor de jovem colega discriminada por juíza

A Comissão de Prerrogativas da Seccional representou na Corregedoria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT) contra a juíza Evelyn Correa de Guama Guimarães, por ter desrespeitado a advogada Marina Marçal, em audiência realizada no dia 1º de junho. Marina foi recebida pelo tesoureiro da Ordem e presidente da Comissão de Prerrogativas, Luciano Bandeira, no dia 6 do mesmo mês. A colega será desagravada publicamente em frente ao TRT.

A advogada contou que, no início da conciliação, pediu uma proposta do juízo. A magistrada sugeriu a aceitação da proposta da ré. “Quando afirmei que não

iria aceitar, ela perguntou a minha idade. Sugeriu falta de maturidade e experiência. Respondi que minha idade não era importante para a valoração do acordo.” Durante todo o tempo da audiência, a postura da juíza insinuou que uma jovem advogada não seria capaz de atuar no processo, relatou Marina. Ao final, a magistrada proferiu uma sentença de R\$ 1, mais multa referente ao Artigo 477 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).


Para Luciano, a juíza claramente agrediu a advocacia. “Nós já representamos contra a magistrada na Corregedoria. Se não der resultado, iremos ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Foto: Bruno Marins



Marina, entre Luciano e Tomás, relatou desrespeito

Também pedirei uma audiência com o corregedor do TRT, José Nascimento Araújo Netto, já que essa juíza tem um histórico de excessos contra advogados”.

Participaram ainda da reunião a presidente da OAB Mulher, Marisa Gaudio; o presidente da OAB Jovem, Tomás Ribas; a coordenadora da Justiça do Trabalho da Comissão de Prerrogativas, Clarissa Costa; e o procurador da comissão Luan Cordeiro. 

## Comissão garante acesso a processo no Conselho de Psicologia

Em 1º de junho, a Comissão de Prerrogativas acompanhou a advogada Leilah Borges no Conselho Regional de Psicologia e conseguiu que ela tivesse acesso imediato ao processo disciplinar de uma cliente que ali tramitava.

Leilah procurou a comissão após mais de três semanas de tentativas fracassadas em conseguir acesso aos autos para tirar cópia. 

## TRF promete liberar entrada de advogados



Fontes (dir.), com Felipe, Luciano e Hilário

Mostrando-se aberto ao diálogo com a advocacia, o presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), André Fontes, recebeu, dia 7 de junho, na sede da corte, o presidente da OAB/RJ, Felipe Santa Cruz, que, juntamente aos presidentes das comissões de Prerrogativas, Luciano Bandeira, e Especial da


Justiça Federal, Alfredo Hilário, levou os pleitos da classe em relação ao funcionamento da corte, todos bem recebidos por Fontes.

O primeiro compromisso assumido pelo presidente do TRF-2 é o fim da revista obrigatória para advogados na Justiça Federal. “Eles irão se identificar com a carteira da Ordem e não vão precisar passar pelo cadastramento que hoje fazem”, relatou Felipe após a reunião.

As outras promessas são um novo fórum da Justiça Federal em Niterói – “historicamente a Justiça Federal é mal instalada na cidade, as reclamações são constantes em relação a isso”, salientou o presidente da Seccional – e a instalação da antiga Vara Federal de Itaboraí no município de Rio Bonito.

Itaboraí e Rio Bonito não tinham

prédio da Justiça Federal desde 2014, quando o imóvel que abrigava as duas varas foi interditado. Desde então, as duas serventias funcionavam no Fórum de Niterói. Com um novo prédio cedido pela prefeitura em Rio Bonito, a pressão para a agilização da instalação aumentou e, de acordo com Felipe, foi garantido o compromisso com a urgência do pleito por Fontes. A competência da vara abrange, além de Rio Bonito e Itaboraí, os municípios de Tanguá e Silva Jardim.

“Narramos também nossa preocupação com a celeridade processual, uma das principais queixas dos colegas, e a reunião foi muito produtiva, no aspecto geral. Nós nos comprometemos a uma gestão conjunta, enfrentando os problemas juntos, Ordem e Justiça Federal”, resumiu Felipe. 



# Plenário Antônio Modesto da S

O antigo Salão Nobre da Seccional chama-se agora, oficialmente, Plenário Antônio Modesto da Silveira, em homenagem ao jurista que faleceu em novembro de 2016, aos 89 anos. A solenidade de reinauguração do espaço aconteceu no dia 13 de junho, com a presença de familiares, amigos, companheiros de luta e de advocacia e admiradores de Modesto, considerado o advogado que mais defendeu os perseguidos pela ditadura militar. Na ocasião, o presidente da OAB/RJ, Felipe Santa Cruz, ressaltou o fato de que o prédio da Ordem está permanentemente vivo e cheio de ideais. “Esse salão não é apenas cadeiras, teto e som, ele é uma casa da cidadania. Nenhum nome poderia ser mais apropriado. Mais do que o histórico

político de Modesto, celebramos o grande ser humano que ele foi”, destacou.

O tesoureiro e presidente da Comissão de Prerrogativas da Ordem, Luciano Bandeira, lembrou o grande advogado, mas também o militante. “Até o último momento ele estava envolvido em novas ideias. Modesto foi e sempre será um advogado, humanista, defensor da liberdade e militante comunista”, resumiu. Diretor do Centro de Documentação e Pesquisa (CDP) da casa, Aderson Bussinger sublinhou detalhes curiosos. “Esse auditório fica no mais elevado andar do prédio da Ordem, altivo como foi Modesto em toda a sua trajetória, como enfrentava os torturadores e a ditadura”, comparou.

A ideia da homenagem teria surgido

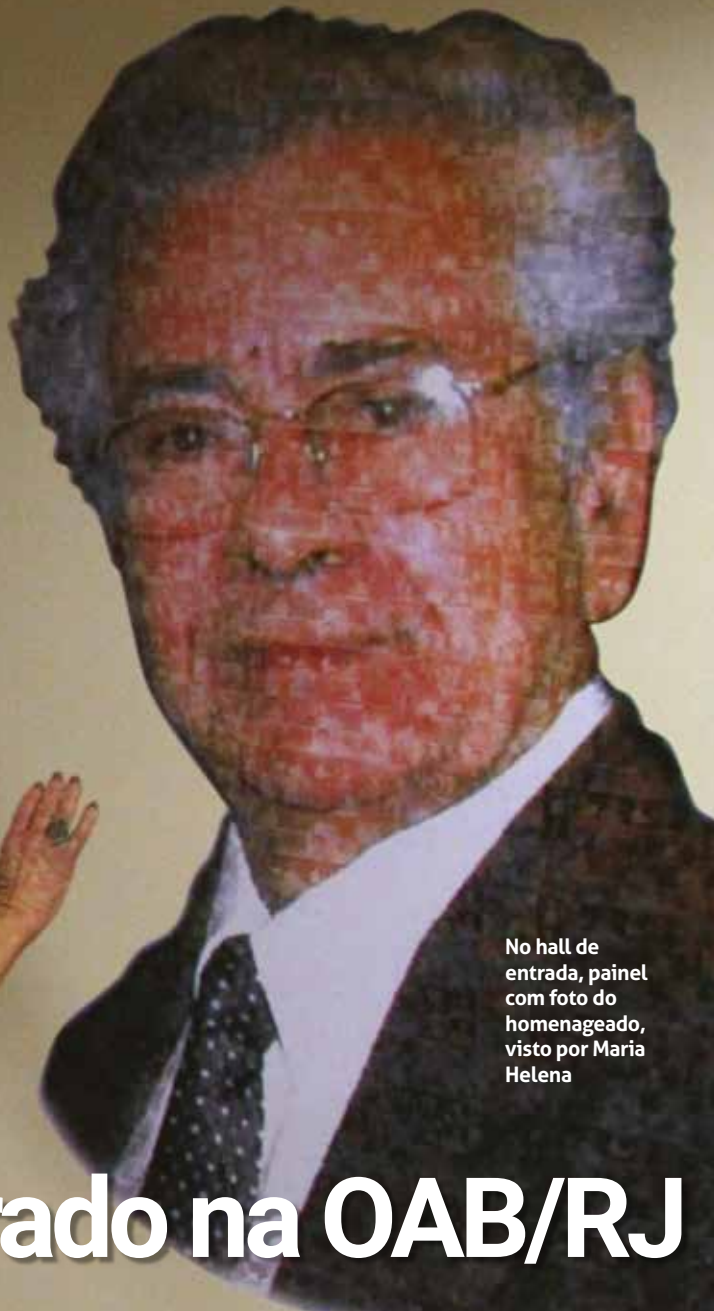
no próprio salão, durante o velório do jurista, revelou a diretora do Departamento de Eventos, Paula Vergueiro. “Não tenho dúvidas de que ele adoraria saber que as primeiras vozes ouvidas nesse sentido vieram de funcionários da casa, que diariamente fazem o seu melhor para que esta Seccional concretize suas missões institucionais. A diretoria ofereceu apoio incondicional ao projeto”, agradeceu.

Modesto também teve grande atuação na redemocratização brasileira, ressaltou o presidente da Caarj, Marcello Oliveira. “Incansável é um adjetivo muito adequado à profissão, e o era a Modesto. Ele falava de forma inspiradora, especialmente para os mais jovens”, disse. O secretário-geral da Seccional, Marcus Vinicius Cordeiro,

...re, bem-humorado, brincalhão e, talvez por isso, era  
...dias santos – mas só depois da missa das seis, que  
...das de gude coloridas) subir em árvores e até arriscar  
...zinho. Andar de perna-de-pau e quantas peraltices mais..."

...te do início de vida de Antônio Modesto da Silveira.  
...defensor de causas sociais que mais tarde conheceríamos  
...saparecidos e sequestrados pela ditadura militar  
...Universidade do Estado do Rio de Janeiro,  
...em nenhum momento de sua vida abandonou


...advogados deste país, reafirmar e renovar a  
...boa humana, pelos direitos humanos e soc



No hall de entrada, painel com foto do homenageado, visto por Maria Helena

# Silveira é inaugurado na OAB/RJ

relatou a importância de Modesto para sua família. "Naquela noite escura da ditadura, ele era a certeza da aurora. Essa ideia de que isso era ser advogado nos contagiou, era esse herói que nos inspirava", acrescentou.

A noite foi encerrada com a inauguração de um painel fotográfico no hall de entrada e com uma mesa de conversa sobre a trajetória de Modesto, com a participação de sua irmã, Maria Helena Modesto Vieira, e de nomes da advocacia como Rosa Cardoso, Ana Lúcia Santa Cruz, Ricardo Pereira Lira, Humberto Jansen Machado e Carlos Roberto Siqueira Castro. 



# Conferência reafirma papel das mulheres advogadas no Estado democrático de Direito

A OAB/RJ sediou, nos dias 1º e 2 de junho, a 1ª Conferência Estadual da Mulher Advogada, cuja carta de encerramento indicou uma série de propostas para auxiliar a luta pela igualdade de gênero, reafirmando “o papel essencial das mulheres advogadas na concretização do Estado de Direito”.

A *Carta do Rio de Janeiro* trouxe também propostas, entre elas a garantia do exercício da advocacia em igualdade de condições para todas as profissionais; maior integração com as comissões OAB Mulher das subseções; promoção da qualificação profissional, por meio de palestras e cursos; o apoio a projetos de enfrentamento da violência de gênero de todas as formas; a luta por honorários dignos e pela proteção das prerrogativas.

O pleito por representatividade como forma de fortalecer o protagonismo das advogadas no cenário político e institucional foi um dos mais abordados durante os dois dias de evento, culminando na formulação de propostas como o apoio e incentivo à participação das mulheres advogadas no Sistema OAB, o incentivo à efetiva participação delas na política; o fomento da presença das colegas em sociedades de advocacia, da ocupação de cargos gerenciais e a pugna pela valorização da mulher na mídia, enfrentando a objetificação da figura feminina.

A necessidade de empoderamento político foi um dos pontos tratados pela ministra aposentada Eliana Calmon. Primeira mulher a integrar o Superior Tribunal de Justiça, e também a ocupar o cargo de corregedora-geral do Conselho Nacional de Justiça,

Calmon afirmou que a luta contra a discriminação de gênero depende diretamente da ocupação desses postos de poder. “Lutar pela igualdade é fazer um enfrentamento cultural, familiar, trabalhista, econômico. Em razão de uma sociedade patriarcal, somos induzidas a achar que o homem sempre está na frente”, ressaltou.

Juíza do Tribunal de Justiça de São Paulo e cofundadora da Associação Juízes para a Democracia, Kenarik Boujikian também desenvolveu o tema em sua exposição, afirmando que o patriarcado “é a grande questão” que permeia as relações na sociedade. Ela citou a pequena presença de mulheres em funções de poder – 13% no Senado e 10% na Câmara –, e analisou algumas críticas que foram feitas à ex-presidente Dilma Rousseff, única mulher até hoje a ocupar o cargo mais alto da República. “Independentemente de concordar ou não com ela, deve-se pensar na forma como foi tratada. Houve xingamentos


sem paralelo no masculino. Reportagens sobre a forma de se vestir, a cor da roupa... Isso mostra que ainda que a mulher chegue ao posto mais importante haverá sempre críticos de moda, mais que de política. É um recado claro para as outras sobre o que será levado em conta: seu corpo, como se veste, e não a sua capacidade política”, condenou.

O fato de as mulheres corresponderem a cerca da metade da advocacia brasileira, mas, ainda assim, serem minoria nas diretorias dos escritórios foi salientado durante os dois dias de evento. Segundo a presidente da

Comissão OAB Mulher, Marisa Gaudio, ainda é muito difícil para as advogadas se sentirem representadas e terem espaço no mercado e na própria Ordem. Ela destacou, com isso, a importância da interiorização da pauta, que está sendo levada a todas as subseções pelo Plano Estadual da Mulher Advogada.

Diretora de Igualdade Racial da OAB/RJ, Ivone Caetano, que fez história sendo a primeira juíza e desembargadora negra do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, foi a palestrante da noite de abertura. O evento teve também homenagem à ex-presidente da OAB Mulher Daniela Gusmão, responsável pelo início da implantação do plano que levou a Seccional a aderir à campanha *Eles por Elas*, da ONU Mulheres.

“Se estamos aqui nesse auditório lotado é por causa do trabalho de todas nós, juntas. Alguém em algum momento disse que tínhamos um papel secundário. Em algum momento disseram que as mulheres tinham que ser rivais das outras. Isso é mentira. A diversidade é algo muito importante é nela que a gente cresce e se respeita. Sabemos que temos ideias diferentes, mas queremos atingir o mesmo fim. Nossa força vem da nossa união”, discursou a presidente da comissão, Marisa Gaudio.

Ivone Caetano frisou, em sua palestra, as desigualdades de gênero na sociedade e no mundo jurídico. Ela citou um episódio em que foi questionada por sua atuação frente à Vara da Infância e da Juventude: “Um juiz publicou em um jornal que uma mulher que tem no DNA o abandono familiar não poderia ser uma boa juíza da infância e juventude. Se eu fosse homem ele faria isso? Não sou abandono familiar, e sim paterno. E por isso mesmo tentei fazer com que mais crianças e adolescentes não passassem por isso. Fiquei mais forte”. 



Ivone Caetano

# Seccionais reunidas no Rio afirmam compromisso com ECA



Fotos: Bruno Marins

Com uma série de palestras e a participação de representantes da Ordem de vários estados, exposições de trabalhos sobre temas ligados à infância e adolescência e diversas outras atividades, o 1º Congresso Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente das Seccionais da OAB, que aconteceu na OAB/RJ de 7 a 9 de junho, foi encerrado com a leitura da *Carta do Rio de Janeiro*, que afirmou o compromisso da advocacia brasileira com a defesa do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que completa 27 anos em julho.


A presidente da Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente (CDCA) da OAB/RJ, Silvana do Monte Moreira, fez um balanço bastante positivo do encontro na capital fluminense. "Conseguimos tirar do ostracismo o direito da criança e do adolescente. É de suma importância lutar pela prioridade absoluta, trazendo para os estudos acadêmicos o peso desse tema, que sempre foi considerado algo menor. A gente fez pensar, e firmamos posição de que não vamos aceitar nenhum direito a menos para crianças e adolescentes. O melhor foi essa marcação, com o apoio da Ordem, de que não admitiremos de forma nenhuma a retirada dessas garantias", afirmou.

Na mesa de abertura, dia 7, o presidente da Seccional, Felipe Santa Cruz, exaltou o trabalho da comissão e dos militantes da área. "Temos buscado, desde que assumimos a Ordem, trazer de volta a esta casa os grandes debates da sociedade. Toda vez que enfreta-

mos uma crise na história do Brasil, ela pode se revestir de belos discursos econômicos, mas sempre incluindo a retirada de direitos, mesmo de quem nunca os teve de forma plena. Especialmente nesses momentos, os militantes das causas se tornam heróis. Os que defendem os direitos das crianças e adolescentes são a última barreira ante a fragilização diante de um Estado autoritário", afirmou.

Também presente à solenidade, o vice-presidente da OAB Nacional, Luis Claudio Chaves, ressaltou que a Ordem tem papel fundamental na defesa da cidadania. "Não teremos cidadania plena sem o investimento cultural, educacional e até econômico na área da criança e do adolescente, porque cuidar bem do nosso futuro significa cuidar dos direitos atinentes às futuras gerações. Lamentavelmente, o que se vê no Brasil é um descaso muito grande, não só por parte das autoridades, mas também da própria sociedade", criticou.

A secretária nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Cláudia de Freitas Vidigal, foi a responsável pela conferência de abertura. "Fico feliz em ver que este é o primeiro congresso, significa que teremos outros. A força da OAB é muito grande, trazendo aqui representantes do sistema de Justiça e de diversos setores da sociedade. O Conanda existe, entre outras coisas, para mapear esses vazios de política, onde não há clareza do que se pode ou se deve fazer. Após um balanço de 27 anos do ECA, surge a questão da sua implantação efetiva. Temos que compreender que essa batalha para assegurá-la é uma luta de todos nós", disse. Uma apresentação do Coral de Crianças do Harmonicanto, ONG que atua na comunidade do Cantagalo, integrou a programação do primeiro dia.

A *Carta do Rio de Janeiro* foi subscrita pelas comissões temáticas do Conselho Federal e das seccionais do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso, Goiás, Sergipe, Piauí, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Pará, Amazonas, Amapá, Roraima e Rondônia. O evento foi uma realização da CDCA da OAB/RJ em conjunto com as respectivas comissões das seccionais do Amazonas, Goiás, Mato Grosso, Pará, Paraná, Santa Catarina e Sergipe, e com o apoio do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFam), da Associação Brasileira de Famílias Homoafetivas (Abrafh), da Associação Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção (Angaad), do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Instituto Alana. 



# Eleição deve ser direta ou indireta

## Na instabilidade, poder constituinte derivado deve ser minimalista



LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA\*

A mais duradoura crise política da história brasileira, entre outras externalidades negativas, levou o país a discutir o modelo da inusitada sucessão do sucessor. Cogitam a saída do presidente Michel Temer. E dizem que o melhor seria promover eleições diretas. Discordo.

Hoje a Constituição garante que a sucessão se dê por eleições indiretas, pois a eventual saída de Temer aconteceria no biênio final do mandato (artigo 81, §1º). O deputado federal Miro Teixeira apresentou e defende a PEC 227/2016, com o objetivo de instituir eleições diretas para resolver a dupla vacância (à exceção do período final de seis meses de mandato). Como está na justificativa da proposta, o Congresso deveria devolver ao povo o direito de escolher o presidente da República. Reitero a discordância.

Antes de tudo, é necessário advertir que tempos de instabilidade não são apropriados para mudanças constitucionais. Em segundo lugar, a emenda seria inútil para a cogitada saída prematura de Temer. Isso porque o art. 16 da CF impede que leis que alterem o processo eleitoral se apliquem antes do prazo mínimo de um ano. Embora o artigo fale em leis, o Supremo já reconheceu o princípio da anterioridade se aplica também às emendas constitucionais. A segurança jurídica é cláusula pétrea, definiu o STF (ADI 3.685). Assim, a emenda poderia receber o rótulo de casuística sem, contudo, atender ao propósito cogitado.

Uma das preocupações da PEC estava em um suposto conflito de normas entre o Código Eleitoral e a Constituição Federal. A preocupação se relacionava com a perspectiva de cassação da chapa pelo TSE – o que agora não mais se cogita. O Supremo pode resolver com calma o espaço de aplicação de cada uma das normas.

É no mérito também minha discordância. Nem sempre as eleições diretas representam instrumentos de eficiência democrática. Não há sentido em mobilizar a gigante democracia brasileira para eleger um presidente da República para um período inferior a um ano ou, em alguns casos, por poucos meses. Para isso há o Congresso, também eleito. Não se deve esquecer o custo de R\$ 500 milhões para organizar uma eleição, sem contar os valores do fundo partidário para as campanhas eleitorais. E o natural compasso de espera da economia no processo eleitoral.

Necessário reconhecer que o argumento das diretas é sedutor. É sempre melhor falar em eleições diretas, mas a diretriz se subordina à eficiência. Não é eficiente realizar múltiplas eleições diretas. Por isso há regras de sucessão pelo vice e eleições indiretas. O pleito direto segue sendo a regra em todas as democracias. Por aqui é cláusula pétrea (art. 60, § 4º, II). Não obstante, para 'mandato tampão', a eleição congressual é mais eficiente. Assim fazem também os americanos (art. 2º, seção 1.5), tal como foi a interinidade de Gerald Ford depois do impeachment de Richard Nixon (e o prévio afastamento do então vice). Também México (art. 84) e Argentina (art. 88), para usar exemplos latino-americanos. Estes países não podem ser considerados menos democráticos.

E se for para mudar, o momento é impróprio. Insisto que o poder constituinte derivado deve ser minimalista em contextos de instabilidade democrática.

*\*Advogado, doutor e mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná, professor e autor de diversos livros*

VOTO





# se Temer deixar a presidência?

## PEC 227: a fim de recuperar os ecos dos comícios de 1984



MIRO TEIXEIRA\*

Na leitura atenta de nossa história, sentimos falta de república e democracia. A primeira, porque a apropriação ou o uso de bens públicos pelos altos dirigentes distante fica do zelo pela *res publica*. A

segunda, porque sucessivos golpes e decretos de estado de sítio interromperam, desde a sucessão de Deodoro da Fonseca, a normalidade constitucional.

Chegamos ao golpe de 1964 e, em 9 de abril do mesmo ano, à edição do Ato Institucional 1, em cuja ementa os golpistas se autoproclamam o "Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa", assim mesmo escrito, revolução com inicial minúscula e Vitoriosa com maiúscula.

Logo no artigo 2º, o AI 1 remete à maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional a eleição do presidente da República e do vice, com mandatos limitados a 31 de janeiro de 1966.

Esse é o momento em que se interrompe o ciclo democrático iniciado em 1946, com a Constituinte e a posse de Eurico Gaspar Dutra, a partir do qual apenas dois outros presidentes eleitos pelo voto universal, direto e secreto completaram o mandato. O terceiro, Jânio Quadros, renunciou e o vice, João Goulart, foi desposto pelo dito golpe, recapitulação que faço em homenagem aos jovens leitores.

Os horrores da ditadura ficaram expostos e a partir de 1970 pequenas manifestações de intelectuais, artistas e da população em geral deram movimento às letras da Proposta de Emenda à Constituição 5, de autoria do deputado Dante de Oliveira.

Os grandes comícios realizados no país pelas Diretas Já não foram suficientes

para aprová-la. No dia 25 de abril de 1984 alcançamos 298 votos a favor, número inferior aos 320 necessários à época. Cento e doze deputados faltaram, o que representa em emendas constitucionais o mesmo que votar contra. Outros 65 votaram ostensivamente contra e três se abstiveram.

Avançando a passos ligeiros para 1987, a Assembleia Nacional Constituinte, poder originário da Carta atual, deixou de lado o texto da Emenda Dante de Oliveira, no qual não havia previsão de eleição indireta e optou pelo sistema da Constituição de 1946, no qual se encontra tal previsão se a vacância da Presidência da República ocorrer nos dois últimos anos do mandato.

Já em 2015, o incômodo com decisões de tribunais regionais eleitorais sobre ações de impugnação de mandato eletivo, de ações de investigação judicial eleitoral ou de representações, que retiravam o mandato de governadores e vices, e davam posse aos segundos colocados nas respectivas eleições, resultou em alteração do artigo 224 do Código Eleitoral.

Pela nova redação, naquelas hipóteses de vacância por delito eleitoral, eleições diretas serão realizadas para preenchimento dos cargos, exceto nos seis últimos meses do mandato, quando a substituição se dará pela via indireta.

Em 2016, Dilma Rousseff respondia a processo de *impeachment* no Senado Federal quando o procurador-geral da República arguiu a inconstitucionalidade do dispositivo, por se chocar com o parágrafo 1º do artigo 81 da Constituição.

Em 1º de junho do mesmo ano, apresentei a PEC que tomou o número 227/2016, a fim de recuperar os ecos dos comícios das Diretas Já. Essa é a História.

\*Deputado federal (Rede/RJ), advogado



# Em nome dos filhos

Cresce o número de pessoas que não vacinam suas crianças, prática considerada ilegal que levanta debates sobre a fronteira entre regulação do Estado e direito individual

## VITOR FRAGA

Se as redes sociais possibilitaram a conexão entre pessoas de qualquer lugar do mundo, também se caracterizam, atualmente, pelo excesso de informação, o que dificulta muitas vezes a distinção entre o que é fato ou não, ou a clareza em relação ao peso de opiniões individuais diante dos interesses do conjunto da sociedade. É o caso do crescimento de grupos no Facebook que divulgam opiniões pessoais ou informações não comprovadas cientificamente sobre supostos perigos na vacinação infantil (ou mesmo para adultos), o que tem estimulado cada vez mais gente a não imunizar seus filhos contra doenças como sarampo e rubéola, entre outras. Encontrar um desses grupos ou entrar em contato com seus membros, porém, não é tarefa fácil, já que, pela legislação, a prática é ilegal.

A discussão gira em torno de doenças que estavam – ou deveriam estar – erradicadas. Em março, a Organização Mundial de Saúde (OMS) emitiu alerta após um surto com mais de 500 ocorrências de sarampo em sete países (França, Alemanha, Polônia, Suíça, Ucrânia, Itália e Romênia), somando quase cinco mil casos em 12

meses somente na Europa. Enquanto a Itália aprovou, em maio, uma lei que exige a carteira de vacinação em dia para matrícula de crianças de até seis anos em escolas, os governos de Alemanha, Portugal e EUA (onde os grupos contrários a vacinas são mais numerosos) vêm tomando uma série de medidas para punir pais que não levam seus filhos aos locais definidos para a aplicação das doses.

No Brasil, que teve este ano um surto de febre amarela, com quase 600 casos e mais de 200 óbitos, o Ministério da Saúde registrou redução na taxa de cobertura de alguns imunizantes: por exemplo, em 2016, a segunda dose da vacina tríplice viral, que protege contra sarampo, caxumba e rubéola, atingiu 76,7% do

público-alvo. Apesar de o país contar com reconhecidos programas públicos de vacinação, os movimentos “antivacinas” reúnem, segundo reportagem publicada em *O Estado de S. Paulo* em maio, mais de 13 mil pessoas, organizadas em pelo menos cinco grupos secretos no Facebook, nos quais são compartilhados textos sobre as supostas reações às vacinas – os principais relacionando-as à ocorrência de autismo, baseando-se em um artigo publicado em 1998 pelo inglês Andrew Wakefield, na conceituada revista médica *The Lancet*. Descobriu-se posteriormente que o médico havia falsificado dados, e ele teve sua licença cassada pelo Conselho Médico Britânico em 2010.

Os argumentos de quem defende a iniciativa publicamente, em geral, não divergem da necessidade de proteger as crianças, embora recaiam na ideia de que são os pais que devem escolher pelos filhos. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069/90, que completa este mês 27 anos – e cuja defesa foi reafirmada pela OAB no congresso nacional sobre o tema que aconteceu





no Rio de Janeiro, em junho –, e ainda outros dispositivos garantem o direito das crianças à saúde e tornam obrigatória a vacinação. Isso faz da decisão de não vacinar uma prática ilegal, e expõe uma contradição entre o direito das famílias ou individual dos pais de decidirem sobre a vida das crianças, por um lado; e a figura destas, como sujeitos de direitos, por outro. Mais de 100 anos após a Revolta da Vacina, o Estado e a sociedade brasileira voltam a se deparar com a oposição entre interesse individual e coletivo na área da saúde pública, embora em um contexto bem diferente – no qual o conhecimento e o convencimento podem ser armas mais poderosas do que a força, para, além de fazer cumprir a lei, garantir a preservação do interesse público e a efetividade dos direitos de crianças e adolescentes.

O caminho do convencimento é o que defende o epidemiologista Akira Homma, que preside o Conselho Político e Estratégico de Bio-Manguinhos, unidade produtora de imunobiológicos da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Membro do grupo técnico que assessorou o Programa de Imunização da Organização Panamericana de Saúde (Opas/OMS), Homma cita a necessidade da população de que toda a família trabalhe para obter

sustento como um dos fatores que pode explicar a redução na cobertura. “Diria que não é tanto falta de vontade, mas falta de oportunidade. Entre as várias coisas que podem explicar a queda na vacinação, a dificuldade do acesso é um ponto que pode ser melhorado. É preciso ampliar, atendendo normas detalhadas para as salas de vacinação”, defende. Ele argumenta que o mundo está mudando, “de forma muito acelerada”, em todas as áreas e atividades. “As mudanças vieram também na área de informática, e é no Facebook, principalmente, que esses grupos estão, muitas vezes divulgando informações falsas e alarmantes. O Ministério da Saúde tem que usar melhor os veículos de comunicação para esclarecer continuamente a população sobre a importância da vacinação. A proteção das crianças é um direito estabelecido por lei no ECA”, acrescenta.

### Vacinação é obrigatória no Brasil

A institucionalização das políticas públicas de vacinação deu-se com a criação do Programa Nacional de Imunizações (PNI), instituído pela Lei 6.259/75, e existem vários dispositivos na legislação brasileira que abordam o assunto. Segundo a integrante da Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente (CDCA) da Seccional Luciana Lenceh, a recusa em vacinar os filhos é um ato de negligência e pode acabar sendo considerado um crime grave, dependendo das circunstâncias. “No nosso entendimento, os pais que não vacinam seus filhos são negligentes e, portanto, devem ser responsabilizados pelas consequências dos seus atos. Se a criança vier a falecer em virtude de uma das doenças cobertas pela vacinação obrigatória, efetuada gratuitamente nos postos de saúde, pode caracterizar-se a morte por negligência. Retrocesso é a palavra que devemos utilizar para quem nega a seu filho o direito à vacina”, argumenta, lembrando que o parágrafo 1º do artigo 14 do ECA determina que “é obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias”. A advogada lista algumas sanções previstas. Pelo artigo 249 do Estatuto, o descumprimento do calendário de imunização, que é parte dos “deveres inerentes ao poder familiar ou decorrente

de tutela ou guarda”, sujeita o infrator a “multa de três a 20 salários mínimos”, sendo o dobro em caso de reincidência. Lenceh cita também a Lei 6.259/75 e o Decreto 78.231/76, que tratam da organização das ações de Vigilância Epidemiológica do Programa Nacional de Imunizações e estabelecem normas relativas à notificação compulsória de doenças. No artigo 43 do Decreto 78.231, está disposto que “a inobservância das obrigações estabelecidas na Lei 6.259” configura “infração da legislação referen-



## Revolta d

### Em 1904, governo determ gerando protesto

No início do Século 20, milhares de pessoas foram internadas e muitas morreram em razão de diversas doenças imunopreveníveis no Rio de Janeiro, então capital da República. Mesmo assim, muitos rejeitavam a vacina, por acreditar que a obrigatoriedade feria o direito individual ou por medo – segundo informações do site da Fiocruz, como as doses eram feitas de um “líquido de pústulas de vacas doentes”, corria entre a população o boato de que quem se vacinava ficava com feições bovinas.

Para erradicar doenças como a varíola, a febre amarela e a peste bubônica, o sanitarista Oswaldo Cruz, com apoio do então presidente Rodrigues Alves, conseguiu aprovar a Lei da Vacina Obrigatória, que permitia que brigadas sanitárias, acompanhadas por policiais, entrassem



Akira Homma

te à saúde pública, sujeitando o infrator às penalidades previstas”.

Também membro da CDCA, Lígia Gouget concorda que a legislação é clara. “Os pais têm um poder-dever, para proteger o melhor interesse da criança e do adolescente. Esses poderes são concedidos para a defesa dos direitos, uma conjugação entre poder e dever. O ECA é muito claro, a vacinação é obrigatória, o que remete ao PNI, que é uma política de saúde pública. É um olhar voltado para a população, não para o indivíduo. A visão



a Vacina

## ina vacinação obrigatória os da população

nas casas para aplicar a vacina à força. A reação popular e de grupos de oposição ao governo ficou conhecida como Revolta da Vacina.

Akira Homma é cuidadoso na comparação com o momento atual. “Era outro contexto. Morriam centenas de pessoas por ano de febre amarela. Com medidas draconianas, Oswaldo Cruz acabou com o *Aedes aegypti* e com a epidemia. Na época não atracavam navios no porto do Rio de Janeiro por causa da febre amarela, da peste bubônica e da varíola”, conta ele, reiterando que hoje é preciso melhorar a comunicação para mostrar a importância da imunização. Poucos anos após a Revolta da Vacina, houve queda significativa dos casos e mortes, e a cultura da vacinação começou a ganhar adeptos entre as classes populares.

da autoridade sanitária é do coletivo, e se distancia da dos pais, da forma como enxergam o que é melhor para a criança ou para o adolescente”, pondera.

Gouget descortina outro campo de análise ao considerar que, sob a perspectiva acadêmica, a questão pode gerar debate, embora sem prejudicar o fato concreto de a obrigação legal ter que ser cumprida. “Esse assunto foi objeto de um estudo recente, em que foram selecionadas famílias divididas em três grupos: um que vacinava sem questionar, outro que selecionava quais vacinas daria e um terceiro que não vacinava. A conclusão foi a de que a vacinação tem mais a ver com uma ‘cultura da imunização’, responsável por erradicar doenças no Brasil. As pessoas em geral não entendem que é algo obrigatório”, explica Gouget, citando o artigo *A (não) vacinação infantil entre a cultura e a lei: os significados atribuídos por casais de camadas médias de São Paulo*, publicado em fevereiro de 2017 no periódico *Cadernos de Saúde Pública* (CSP/Fiocruz) por pesquisadores da Universidade Católica de Santos e da Universidade de São Paulo. O editorial do referido volume do CSP tem o título *Autonomia individual vs. proteção coletiva: a não vacinação infantil entre camadas de maior renda/escolaridade como desafio para a saúde pública*. Segundo a advogada, os movimentos contrários são compostos em boa parte por pessoas com algum grau de esclarecimento, capazes de questionar conceitos e elementos éticos relacionados a políticas públicas de saúde. “O interessante é que o estudo confirma que os pais que não vacinam também estão pensando no melhor interesse da criança, só que do ponto de vista individual. Esse pensamento vem atrelado à busca por um modo de vida mais saudável, é outra forma de pensar a saúde. Mas hoje temos um pacto, visando ao que é melhor para a coletividade, inclusive para as crianças e adolescentes. Dentro dessa perspectiva, os pais não podem questionar, a vacinação é obrigatória, e isso implica sanções caso não ocorra”, reforça. Especializada em Ética aplicada e bioética pela própria Fiocruz, Gouget reconhece que há questionamentos importantes a serem feitos em relação ao tema, mas que devem estar inseridos apenas “no contexto acadêmico e filosófico”.



Luciana Lencoh

Foto: Lula Aparício

Akira Homma diz que ouvir o que as pessoas têm a dizer é importante para trabalhar melhor. “Precisamos buscar novas formas de produzir e divulgar informação, que levem a população a participar, sem impor de cima pra baixo. Existem reações adversas, porém mínimas. As vacinas fornecidas no sistema público são garantidas por duplo controle da qualidade, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde da Fiocruz. Uma iniciativa importante é introduzir isso via escola”, exemplifica.

Atualmente, escolas públicas e particulares no país podem pedir a caderneta de vacinação das crianças no ato da matrícula para alunos até o quinto ano do ensino fundamental, mas nem todas exigem a atualização das doses recebidas. Em março, os ministérios da Saúde e da Educação anunciaram a renovação da portaria conjunta do Programa *Saúde na escola*, que prevê ações voltadas à prevenção e promoção da saúde nas salas de aula. “É obrigatório na matrícula levar a carteira vacinal, mas não é obrigatório atualizar a carteira vacinal”, disse na ocasião o ministro da Saúde, Ricardo Barros.

No município do Rio de Janeiro, a Lei 5.612/13 determina que a obrigação de levar a caderneta na matrícula das redes pública e privada “aplica-se a pais e responsáveis por alunos em idade de vacinação, de acordo com a legislação em vigor”, e que se for constatada a ausência “de qualquer das vacinas obrigatórias e

adequadas à idade do aluno”, o pai ou responsável terá 60 dias para regularizar a situação. Caso contrário, o conselho tutelar da área de abrangência da escola deverá ser formalmente comunicado, “para as devidas providências e reparação de direitos, sem quaisquer prejuízos à efetivação da matrícula”.

Na Câmara dos Deputados, tramita o Projeto de Lei 3.146/12, que dispõe sobre a apresentação do Cartão da Criança ou da Caderneta de Saúde da Criança nas escolas públicas e privadas do Sistema Nacional de Educação. Apresentado em fevereiro de 2012, o texto já foi aprovado nas comissões de Educação e Cultura e Seguridade Social e Família, e desde março de 2015 aguarda relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. A matéria está sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões, ou seja, não precisará ir à votação em plenário. De acordo com o projeto, no caso de as vacinas estarem atrasadas os pais serão orientados pela escola, que não poderá se recusar a fazer a matrícula da criança.

Segundo Luciana Lenceh, é “possível que os pais consigam autorização para a não vacinação, assim como obtêm para a não realização de transfusão de sangue por questões religiosas”. Porém, ela recorda que, em 2013, o Ministério Público obteve, na Comarca de Jacareí (SP), uma decisão em caráter liminar que obrigou os responsáveis por duas crianças a levá-las para serem vacinadas. “A negligência com a saúde da criança é uma afronta aos ditames do artigo 227 da Constituição Federal, que estabelece ser ‘dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida’, assim como o desatendimento aos deveres inseridos no exercício do poder familiar, podendo, por conseguinte, acarretar a destituição do poder familiar. Quanto a ser decisão dos pais vacinar ou não as crianças, precisamos pontuar os direitos insculpidos na Constituição Federal, dentre eles ‘a inviolabilidade do direito à vida’, no artigo 5º, além daqueles já mencionados”, resume. Existem ainda os crimes contra a saúde pública, previstos nos artigos 267 a 269 do Código Penal.

## Saúde pública x direito individual

Lenceh dá também um depoimento pessoal, criticando duramente a ideia da não vacinação. “Como mãe de uma criança de seis anos, jamais deixei de dar à minha filha as vacinas obrigatórias e outras disponíveis em clínicas particulares de vacinação, pois zelar por sua saúde e sua vida é primordial para mim. Entendo que estamos numa onda de recrudescimento que nos retorna à Idade Média em todos os aspectos: social, político, dentre outros, mas essa onda conservadora não pode agir contra a saúde de nossos filhos. O risco é imenso e pode trazer de volta mazelas já praticamente erradicadas, não há qualquer lógica na não imunização de crianças, adolescentes e adultos para doenças para as quais a ciência já desenvolveu a vacina”, defende.

Para Akira Homma, a vacinação é uma medida preventiva, porque “quando se vacina a população toda, você evita e muitas vezes consegue erradicar doenças”. O pesquisador cita exemplos como a varíola, erradicada desde os anos 1970, e a poliomielite, afirmando que “os benefícios são intangíveis, tanto do ponto de vista econômico como para a sociedade como um todo”; e por outro lado o sarampo, que foi erradicado mas voltou por falta de vacinação, segundo o epidemiologista o elemento de maior impacto na saúde pública na visão da OMS. “Hoje, temos o menor número de casos notificados de doenças imunopreveníveis na história da saúde pública brasileira. E aí a população acha que não precisa mais vacinar. Costumo dizer que o programa nacional de vacinação é vítima das conquistas, reduzimos tantas doenças que as pessoas acham desnecessário se imunizar. Pensar que deixar de vacinar um pequeno grupo não tem problema é um erro, em pouco tempo teremos uma população suscetível muito grande e um problema de saúde pública. Uma criança não vacinada, caso se contamine com alguma doença, pode passar para outras”, alerta, acrescentando que proteger uma criança não é apenas uma questão individual, mas também “para toda a sociedade”. “Existem leis que obrigam, mas algumas pessoas não obedecem. Acho que é preciso convencimento”, insiste ele.

A discussão passaria, na verdade,



Foto: Lula Aparício

Lúcia  
Gouget

por quanto “o Estado pode intervir na autonomia do indivíduo, daquilo que ele considera o melhor para si”, segundo Gouget, que concorda com o fato de que a ausência de doenças pode levar a ao relaxamento da população. “Estamos em um cenário em que a saúde pública é extremamente relevante, já que os avanços de saneamento e assistência de saúde ainda são precários. Essa discussão só surge porque as doenças foram erradicadas. Mas é importante não estigmatizar esses pais, as fronteiras entre saúde pública e o direito à autonomia não são claras. A diretriz de saúde hoje é garantir uma vacinação ampla, porque esse é o entendimento de que isso é o melhor para o conjunto da população”, conclui.

No cenário internacional, o problema é semelhante. Após o surto de sarampo na Europa no início do ano, o Conselho de Ministros da Itália decretou, em maio, que crianças de até seis anos que não tenham todas as vacinas ficarão impedidas de ser matriculadas nas escolas. O governo alemão, por sua vez, quer que unidades de pré-escola informem às autoridades quando houver crianças não imunizadas, ou cujos pais não conseguirem provar a vacinação em dia – existe multa para os responsáveis, mas as autoridades são incapazes de identificar as pessoas. Em 2017, o país europeu já registrou 410 casos de sarampo, número maior do que a soma do ano passado.

# O seu escritório está protegido contra reclamações?

Conheça e contrate o Seguro de RC Profissional para Advogados.



**KAMPAR**  
SOLUÇÕES EM SEGUROS

O Seguro de Responsabilidade Civil Profissional protege advogados contra reclamações apresentadas por perdas financeiras resultantes dos serviços prestados aos clientes.

Nossa vasta experiência no mercado de Responsabilidade Civil Profissional para Advogados nos permite oferecer um produto customizado, com amplas coberturas que proporcionam a tranquilidade necessária para a execução de serviços.

## O que cobre a apólice?

- Responsabilidade por ato, erro ou omissão profissional;
- Responsabilidade solidária por atos danosos de subcontratados;
- Custos de defesa (esferas administrativa, judiciais e criminais, incluindo custas judiciais e periciais);
- Danos morais, materiais e corporais;
- Difamação, calúnia e injúria;
- Perda, roubo ou furto de documentos de Terceiros em posse do Segurado;
- Âmbito de cobertura: Mundial.

## Saiba Mais:

e-mail: [rcp@kamparseguros.com.br](mailto:rcp@kamparseguros.com.br) | Tel: (21) 2141-0770  
[www.kamparseguros.com.br](http://www.kamparseguros.com.br)

a partir de 10x **R\$ 300,00\***

\*Para cobertura de R\$ 500 mil e faturamento anual de até R\$ 4 milhões.

# Histórias para ven

**CÁSSIA BITTAR**

Nascida de novo. É assim que a advogada Marcia Meira tem se sentido desde que sua filha Fernanda, aos 30 anos, contou-lhe que estava namorando uma mulher. Nunca tendo antes desconfiado de que a filha fosse homossexual, Marcia diz que aquele dia 4 de março de 2012 foi o verdadeiro divisor de águas em sua vida. Do total desespero e falta de informações, ela, a partir de então, começou uma empreitada de autoconhecimento e desconstrução de preconceitos que a levou a querer apoiar outros pais de LGBTIs e, hoje, a comandar o Projeto de Apoio aos Pais e Parentes na Aceitação da Diversidade Sexual (Pappadis) da Comissão de Direito Homoafetivo (CDHO) da OAB/RJ.

Criado em 2016, a partir do encontro de um sonho antigo da presidente da comissão, Raquel Castro, com o trabalho que Marcia já vinha realizando na internet à frente do blog *Beija-Flor – Família sem preconceito*, no qual reúne histórias de aceitação e vivência em famílias de LGBTIs, o Pappadis ajuda pais e parentes a lidarem com uma situação que, segundo a coordenadora, é sempre inesperada: “Ninguém é preparado pra ter filhos homossexuais”.

Marcia acredita que boa parte dessa falta de preparo se dá pelo conservadorismo da sociedade. “A gente tem a mania de querer encaixar as pessoas em quadrados, em determinações que já estamos acostumados, para poder entendê-las. Eu, por exemplo, sempre achei que não tinha qualquer preconceito, mas diante da revelação da orientação sexual da minha filha, vi que não era bem assim, pois quando o diferente chega a nossa casa é como se diz popularmente: ‘o buraco é mais embaixo’”.



**Marcia Meira**

Foto: Lula Aparício

Apesar de ter demonstrado, desde o momento em que ouviu da filha que ela se relacionava com uma menina, apoio incondicional, Marcia conta que, por dentro, seu mundo desabou naquele momento. “A frase ‘tenho uma namorada’ não saía da minha cabeça e o que me doía, fundo, era o meu preconceito com a pessoa que mais amo. Eu pensava coisas como ‘só tenho uma filha, por que isso não acontece com alguém que tem mais de um?’, pensava que não a veria casar, que não seria avó. Tudo porque o conceito de normalidade que temos, desde a nossa criação, é esse”.

A partir daí, Marcia relata que procurou se informar muito para entender a realidade de Fernanda: “Não foi um processo fácil porque eu não queria me afastar dela, mas ao mesmo tempo era difícil me aproximar. Então fiz curso de autoconhecimento, fui ler tudo que achava sobre homossexualidade, tudo ainda meio escondida, porque eu tinha vergonha. E quando comecei a conversar com outras mães que já tinham passado por essa fase, vi que era normal ter um filho gay, que a vida dela não mudaria em nada por isso”.

O acesso à informação nesse período não foi fácil, frisa Marcia. “Eu procurava ler sobre homossexualidade na internet e só encontrava tragédias, coisas ruins, os casos de violência contra LGBTIs. Quando a gente já está apavorada e no desconhecimento, ainda se depara com essas coisas que só assustam mais”. Por isso, o blog, criado como projeto de um curso que fez, acabou virando espaço para histórias felizes envolvendo a relação dos gays com suas famílias.

“Minha vontade era ajudar quem passa pelo mesmo processo, mostrar que é um caminho difícil, tortuoso, mas possível. A gente tem tendência a pensar que é só conosco. E não é. Outras pessoas passam e sobrevivem, resignificam tudo, aceitam, porque o processo é justamente esse. O filho nasce, a gente diz: ele vai fazer isso, isso e isso. Na nossa cabeça, nós decidimos. Pai e mãe querem ter controle e no momento em que você vê que não tem, fica perdido. Mas o que se deve pensar é que o amor sempre vai vencer. Cresci como pessoa e como mãe desde que a Fernanda se assumiu. Aprendi a olhar para dentro de mim mesma, encará-la minha verdade, as limitações emocionais que eu me impunha, a perceber o grande erro de criar falsas expectativas sobre algo que não controlamos, o outro”, reflete Marcia.

## Projeto da Comissão de apoio a parentes de LGB superação e engajamento melhor para seus fil

E foi justamente pelo post no blog sobre o casamento da filha que Marcia encontrou a materialização de outro sonho, novo: ajudar outros pais a passarem pelo momento que ela passou. A história, contada de forma emocionante, foi lida por Raquel Castro, que a convidou para comandar o projeto da comissão.

“Eu já queria criar esse grupo há muito tempo. Conhecia o trabalho que a Edith Modesto realiza em São Paulo no Grupo de Pais de Homossexuais [GPH] e já tentava um diálogo com ela para trazer o modelo para o Rio. Como tivemos dificuldade em falar com a representante do GPH aqui, comecei a pensar em outras formas de tocar o projeto, que precisava ter uma mãe à frente, não um homossexual. Foi aí que vi o post e encontrei a pessoa ideal para desenhar um trabalho só nosso”, explica Raquel.

Formado por duas advogadas, membros da comissão, além de Marcia, o Pappadis conta também com uma pedagoga e uma psicóloga. O grupo se encontra quinzenalmente na sede da OAB/RJ e é aberto a qualquer familiar que procura apoio.

“Sabemos que o primeiro passo é o pior: buscar ajuda. Mas procuramos fazer com que, a partir do momento em que chegam aqui, a c h e m a m p a r o . Temos uma mãe que em seis meses teve uma evolução muito grande. Chegou desesperada, mas quando viu todas as outras levando



Foto: arquivo pessoal



# cer o preconceito

## Direito Homoafetivo dá TIs e reúne histórias de mães por um mundo mais seguro para os homossexuais

uma vida normal com seus filhos, começou a tirar as amarras e a olhar de outra forma para sua realidade”, diz Marcia.

Pedagoga do projeto, Teresa Ourivo afirma que o Pappadis é um espaço de acolhimento. Ela conta que a equipe oferece, dependendo do rumo da reunião, textos, livros e filmes que possam ajudar. “Mas acho que isso nem é o mais importante, e sim a pessoa saber que tem ali um espaço de confiança, onde está segura para falar sobre as angústias que enfrenta diante da situação familiar por que está passando. Ou de não falar, se não quiser. Só ouvir. Ela se sente amparada, acolhida por saber que não será julgada por aquilo que pensa, por suas dúvidas, que poderiam ser tidas como bobas por setores da sociedade, mas que aqui nunca serão”.

A identificação de pais com pais é o grande diferencial, segundo Ourivo. “Nossa preocupação é como essa mãe, esse pai, vão viver. Às vezes, uma pessoa da comunidade vai julgar o sentimento familiar de tristeza, de revolta. Mas quem já passou por isso sabe que é um momento de passagem, que o processo tem essas etapas”.

Por essa razão, Raquel afirma que os demais membros da comissão não participam das reuniões, que são restritas aos familiares que procuram o Pappadis: “Há casos de pais que pedem para vir com os filhos, para se sentirem acolhidos, por que de alguma forma não



Foto: Lula Aparício

Raquel Castro

estão à vontade para vir sozinhos. Isso é permitido. Mas tudo é passado para a nossa equipe ter o controle. A intenção é deixar as pessoas o mais confortável possível nesse ambiente, que é neutro, em um ponto central da cidade e que tem o respaldo da Ordem”.

Dos encontros, que não têm pautas definidas previamente para que se possa avaliar as demandas dos participantes, Marcia já tirou várias lições, entre elas a de que o preconceito às vezes está mais entranhado do que se imagina. “Apesar da minha evolução nos últimos anos e de pensar, inocentemente, que tinha dominado os preconceitos em relação à orientação sexual ou identidade de gênero, quando recebemos a mãe de uma mulher trans vi que ainda tenho muito caminho pela frente. O processo não para. Por um momento agradei a Deus por minha filha ser ‘só’ lésbica. Aprendi que o sofrimento de uma mulher trans é cotidiano, está no dia a dia, passa pela discriminação, pela exclusão e pelas agressões não só psicológicas, mas até físicas. Ali, durante o relato das duas, vi um grande exemplo de amor e acolhimento”, conta a coordenadora. “Precisamos sempre respeitar as diferenças e não podemos nunca baixar a guarda, temos de ser vigilantes com nossas reações espontâneas cobertas de preconceito”, acrescenta.


Membro do Pappadis, Rosane Albuquerque é outro exemplo de mãe que viu sua vida mudar após a revelação da filha de que era gay. Afastada do Direito, Rosane se viu num processo de volta ao mundo jurídico, onde já

atuava anteriormente em Direito de Família, para procurar se qualificar para trabalhar com Direito Homoafetivo após uma entrevista da desembargadora aposentada Maria Berenice Dias, expoente no assunto e presidente da Comissão de Diversidade Sexual da OAB Federal.

Rosane conta que sua história foi mais fácil do que outras relatadas. “Fiquei sentida por minha filha não ter me contado antes, já que me contava tudo. Como ela tinha namorado três meninos, em relacionamentos longos, eu não imaginava. Mas é muito difícil também para o homossexual se entender. Ela chegou a falar com todos eles sobre o desejo que sentia por meninas, mas só por volta dos 30 anos entendeu que era, de fato, homossexual, e aceitou”, diz.

M., que preferiu não se identificar para atender ao desejo do filho de não ser exposto, diz que ficou perdida ao descobrir, por uma mensagem no celular, a orientação sexual dele, com 17 anos na época. O processo natural da maioria das mães, explica a coordenadora do grupo, é de vergonha, raiva e negação. “Mas vai depender da experiência de vida de cada uma o quanto demora cada fase. Quem está em negação não faz o movimento de vir procurar ajuda porque tem medo de ser discriminada. Só que aqui não se fala nome, sobrenome, o que veio fazer, nada. Se não quiser compartilhar, pode chegar e ficar em silêncio”.

Rosane acredita que, com a evolução dos produtos midiáticos, pode se tornar mais fácil para as novas gerações lidar com a diversidade. “A gente viu, desde cedo, na novela, nas histórias em quadrinhos, nas músicas, sempre homem e mulher, Monica e Cebolinha. É tudo binário”. A revelação da filha, Tatiane, a tirou de sua zona de conforto. “Sinceramente, sou muito grata a ela por isso, por ter me colocado para fora desse mundo de Truman [referência ao filme *O show de Truman*, no qual o protagonista vive em uma realidade encenada de um *reality show* sem desconfiar]. Agora, saio e vejo a diversidade ao meu redor, a riqueza que temos. É impressionante o grau de possibilidades. E isso é muito bonito, muito rico, não é para se jogar fora. O mundo é imenso e a gente fica aqui querendo rotular tudo”.

O projeto Pappadis tem encontros quinzenais às terças-feiras, sempre às 18h, na sede da Seccional. Para participar basta enviar um email para [cdho@oabRJ.org.br](mailto:cdho@oabRJ.org.br). O grupo tem ainda perfil no Facebook: [facebook.com/Pappadis](https://facebook.com/Pappadis). 



Rosane e sua filha Tatiane

# O Estado amedrontado (ou “crime de



RODRIGO  
MASCARENHAS\*

É bom que o agente público tenha medo de decidir? Depende. Medo de quê? O agente pode ter medo de atingir terceiros (o remédio a ser licenciado foi devidamente testado?, as garantias para o emprés-

timo são adequadas?). O agente pode ter medo das consequências eleitorais de seu ato ou ainda das consequências que o atinjam diretamente (ser vítima de um crime cometido por quem seja atingido pelo ato ou ser punido por órgãos de controle se o ato for considerado ilegal).

Vejamos as consequências de cada um desses medos.

Ao ter medo das consequências do ato para terceiros, o agente tende a ser mais prudente, tomando as precauções necessárias a uma boa decisão. Assim, em boa medida, esse medo é positivo, embora exista o risco de imobilismo (de *não decisão*), pela aplicação extremada do princípio da precaução.

O medo de consequências eleitorais tem dupla face. Pode-se dizer que o agente que tem medo da reação da população é responsivo e democrático. Mas este medo pode ser negativo se medidas necessárias, mas impopulares, são adiadas pelo agente populista. Já se disse que “decidir não fazer nada enquanto se dá a ilusão da ação é a arte suprema em política” (*Surtout ne rien décider*, Pierre Conesa, Ed. Robert Laffont) e existem diversas maneiras de dar a ilusão da ação

e ganhar tempo (consultar especialistas, formar um grupo de trabalho, fazer uma consulta pública). Trata-se, portanto, de um medo que merece vigilância.

E o medo de consequências para o próprio agente? O medo de vingança pode fazer com que o agente não tome a decisão que devia tomar, em prejuízo ao interesse público. Mas, aqui, trata-se de um problema de polícia, sendo necessário garantir a segurança de servidores que tomam decisões sensíveis.

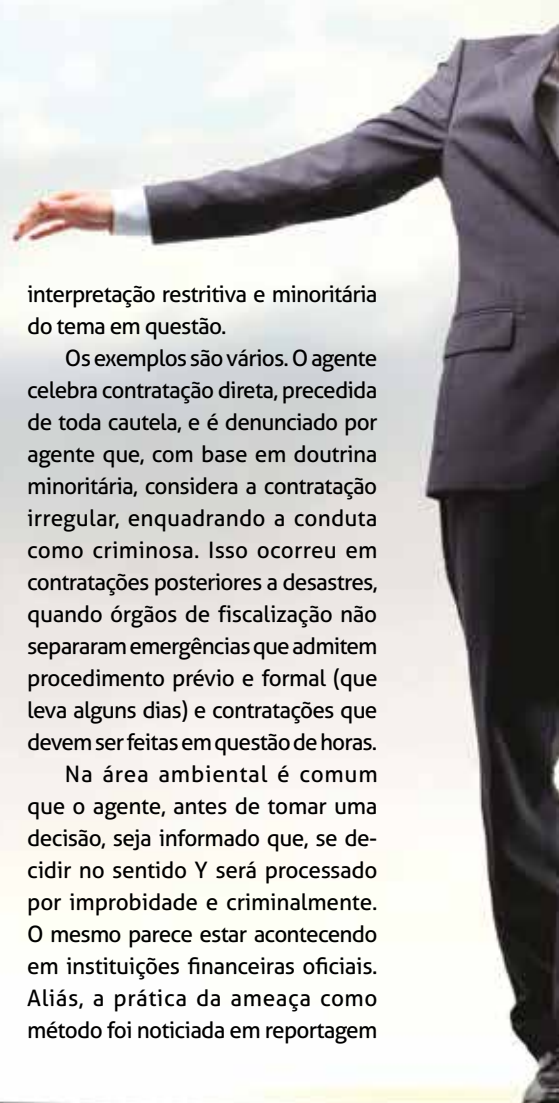
Mas e o medo de ser oficialmente punido por algo que pretende fazer? Não seria altamente positivo, ao evitar que agentes públicos cometam ilícitos? A resposta exige uma divisão: primeiro, há o medo de ser punido pela prática de atos indubitavelmente criminosos. Quem duvida que pedir dinheiro ao destinatário de um ato que lhe incumbe praticar é crime de corrupção passiva? Assim, se o agente deixar de praticar uma conduta dessas com medo de ser punido, é evidente que esse medo foi positivo.

O problema está no medo de ser punido pela prática de um ato, que, na visão do agente, é necessário e correto, que analisado pela advocacia pública é considerado como juridicamente legítimo, mas que não é assim considerado pelos órgãos de controle. Trata-se, portanto, de atos cuja legalidade pode ser objeto de uma discordância com argumentos consistentes para ambos os lados ou de atos que, por vezes, só podem ser considerados inválidos se adotada

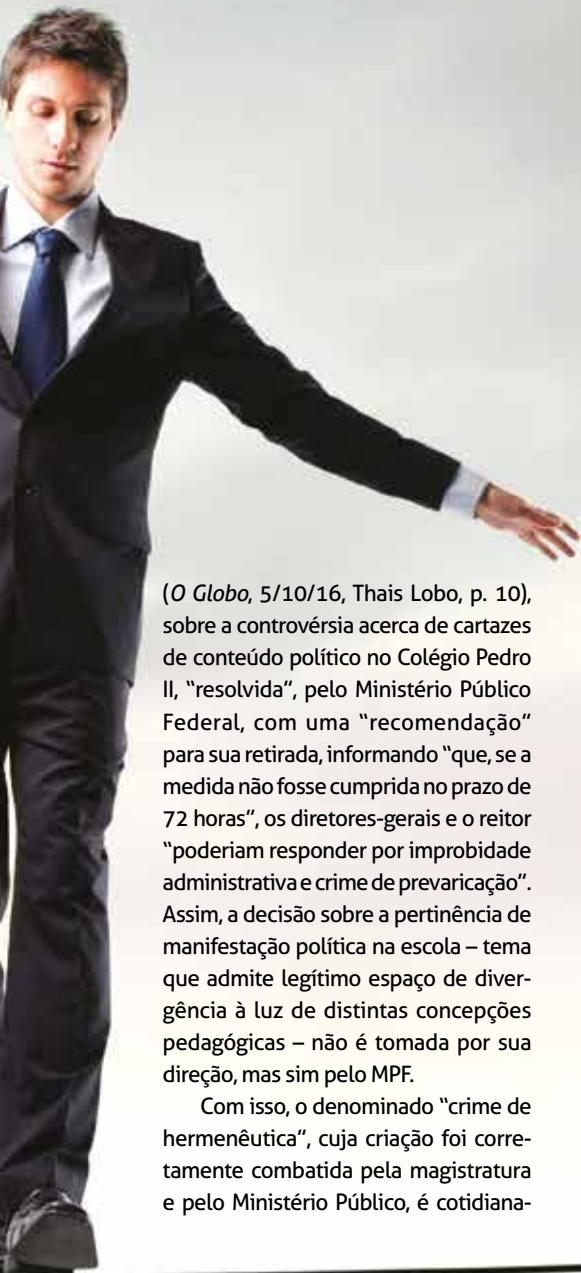
interpretação restritiva e minoritária do tema em questão.

Os exemplos são vários. O agente celebra contratação direta, precedida de toda cautela, e é denunciado por agente que, com base em doutrina minoritária, considera a contratação irregular, enquadrando a conduta como criminosa. Isso ocorreu em contratações posteriores a desastres, quando órgãos de fiscalização não separaram emergências que admitem procedimento prévio e formal (que leva alguns dias) e contratações que devem ser feitas em questão de horas.

Na área ambiental é comum que o agente, antes de tomar uma decisão, seja informado que, se decidir no sentido Y será processado por improbidade e criminalmente. O mesmo parece estar acontecendo em instituições financeiras oficiais. Aliás, a prática da ameaça como método foi noticiada em reportagem



# hermenêutica dos outros é refresco”)



(O Globo, 5/10/16, Thais Lobo, p. 10), sobre a controvérsia acerca de cartazes de conteúdo político no Colégio Pedro II, “resolvida”, pelo Ministério Público Federal, com uma “recomendação” para sua retirada, informando “que, se a medida não fosse cumprida no prazo de 72 horas”, os diretores-gerais e o reitor “poderiam responder por improbidade administrativa e crime de prevaricação”. Assim, a decisão sobre a pertinência de manifestação política na escola – tema que admite legítimo espaço de divergência à luz de distintas concepções pedagógicas – não é tomada por sua direção, mas sim pelo MPF.

Com isso, o denominado “crime de hermenêutica”, cuja criação foi corretamente combatida pela magistratura e pelo Ministério Público, é cotidiana-

mente “aplicado” por ambos, tendo como possíveis “criminosos” os servidores públicos, inclusive advogados públicos.

As consequências deste medo são graves. A primeira é a perda de condições mínimas para a tomada de uma decisão serena. Ora, à medida que órgãos de controle passam a adotar a ameaça como metodologia para alcance dos resultados que eles fixam, o agente passa a tomar a decisão – *não faz a contratação emergencial, retira o cartaz que dizia “Fora Temer”* – não porque seja a melhor, mas por medo de ser punido.

Com efeito, é difícil negar que alguém que, antes de decidir, recebe aviso explícito de que, se o fizer em sentido contrário àquele escolhido pelo órgão que o ameaça, será duplamente processado, não tem mais serenidade para tomar a decisão.

A segunda consequência é a de uma silenciosa redistribuição de poder. Assim, sem qualquer alteração formal, decisões que a Constituição atribuiu ao Poder Executivo – jurídica e politicamente responsável – passam, de fato, a ser tomadas por órgãos que, além de serem irresponsáveis politicamente, raramente são juridicamente responsabilizados por seus excessos.

Ora, é necessário garantir a capacidade da administração pública de tomar decisões com um mínimo de tranquilidade.

Não se pretende aqui sugerir o caminho de retirar do MP ou do Judiciário a serenidade que eles devem ter para tomar suas decisões, mas apenas garantir

aos agentes do poder que mais têm que tomar decisões que afetam a vida das pessoas que também possam tomar tais decisões serenamente. Se interpretar a lei de forma diferente não deve ser crime para juízes ou promotores, também não deve ser para os demais agentes públicos.

O fato é que as decisões públicas estão sendo tomadas por razões distintas daquelas que são anunciadas e por pessoas distintas daquelas que são responsáveis, numa usurpação silenciosa da soberania popular.

A corrupção é um mal grave e deve ser combatida. Mas há outros males (falta de saúde, educação, segurança), tão ou mais prioritários, cujo enfrentamento exige uma atuação do Estado, incompatível com uma administração encurralada.

Um Estado corrompido contrata com sobrepreço e distribuição de propinas, dá empréstimos sem garantias a pessoas que não os merecem. Um Estado amedrontado não constrói (estradas, escolas, hospitais), não compra (remédios, material escolar), não estimula a economia, não investe, não licencia. Há quem defenda que o melhor é que o Estado não faça nada mesmo. Temos certeza de que existem alternativas melhores.

*\*Mestre em Direito Constitucional pela PUC-RJ, doutorando em Direito Público pela Universidade de Coimbra, procurador do Estado do Rio de Janeiro, advogado*

# Florestas sofrem prejuízos com lentidão da Justiça

Após cinco anos de vigência, Código Florestal ainda aguarda decisões do STF para fazer valer todos os seus preceitos

**RENATA LOBACK**

Celebrado em 5 de junho, o Dia Mundial do Meio Ambiente foi marcado pela defesa da efetividade das leis ambientais. Na OAB/RJ, a data inspirou um momento de reflexão, por parte da comissão permanente que trata do tema, sobre os atrasos nas políticas públicas de proteção ambiental, em especial a demora na aplicação de trechos do novo Código Florestal (Lei 12.651/2012), que completou cinco anos de vigência no final de maio ainda com pendências a serem pacificadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Polêmico desde antes de sua aprovação, o código, que inicialmente não era aceito pelas entidades ambientalistas por revogar dispositivos importantes da Lei 4.771/65, é hoje o símbolo do quão prejudicial pode ser um impasse jurídico: mesmo sem ser a legislação ideal, pior é ficar sem sua aplicabilidade.

Ao todo, o código contém 40 pontos

contestados por entidades ligadas ao Direito Ambiental e pelo Ministério Público Federal, fracionados em quatro Ações Diretas de Inconstitucionalidade (Adins) no STF. Após audiência pública realizada no Supremo em abril de 2016, o ministro Luiz Fux, relator das quatro ações, afirmou estar pronto para divulgar sua decisão. No entanto, com as demandas ligadas à Operação Lava-jato e similares, os demais julgamentos da corte foram postergados.


Para o assessor técnico da Comissão Nacional de Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Rodrigo Justus, o maior objetivo da lei foi garantir segurança jurídica ao setor, algo que ainda não foi conquistado por conta da demora no julgamento das Adins. "Fica a sensação de que ganhou, mas não levou. Discordo de algumas ONGs que afirmam que o novo código é brando. Ainda temos uma legislação severa e repleta de restrições, como não se vê nos demais países. Mas para o agronegócio a maior urgência é que se coloque um ponto final na questão", ressalta.

Antes da sanção pela então presidente Dilma Rousseff, a OAB/RJ foi a

única seccional da Ordem a se opor à nova legislação. Para a casa, o projeto apresenta uma inconstitucionalidade estrutural, tema de estudo jurídico entregue, na época, à então ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. Responsável por coordenar o estudo, o presidente da Comissão Permanente de Direito Ambiental da Seccional, Flávio Ahmed, afirma que as demandas propostas ao STF têm fundamentos robustos, notadamente no que se refere à proteção das Áreas de Proteção Permanente (APPs) e das reservas legais. "O que nos preocupa é o tempo para a pacificação dessas questões e as consequências da insegurança jurídica", salienta Ahmed.

A Lei de 1965 definiu os percentuais de Reserva Legal e localização das APPs, limitando o uso que o produtor poderia fazer da terra. O antigo código previa áreas de Reserva Legal ocupando entre 20% e 80% das propriedades e preservava as matas nas margens de rios. O novo código flexibiliza essas regras, especialmente para os pequenos produtores. Ponto contestado pelos ambientalistas, mas para o governo e para o setor produtivo algo que representa regras mais realistas, já que, desde 1965, apenas 20% dos agricultores conseguiram cumprir o previsto na lei anterior.

Para Rodrigo Justus, caso o STF de-



cida pela retomada do código anterior nesses aspectos, o país irá quebrar: "A CNA se posiciona no sentido de que a Lei 12.651/2012 deve ser mantida. O novo código não representa um retrocesso. A nova legislação traz regras de transição para adequar, equilibrar e manter as reservas legais e as APPs. Quebraríamos todo o setor agropecuário brasileiro e levaríamos o país junto".

Diretor de Administração e Finanças do Serviço Florestal Brasileiro, Samir Jorge Murad defende o arcabouço legislativo ambiental brasileiro, considerado referência mundial, e afirma que, apesar de polêmico, o código também trouxe avanços significativos, como o Cadastro Ambiental Rural (CAR), que possibilita o planejamento ambiental e econômico do uso e ocupação do imóvel rural, importante para a regularização fundiária, o Programa de Regularização Ambiental (PRA), pelo qual os proprietários ganham facilidades e tempo para recomposição de áreas de reserva legal e de preservação permanente, e as Cotas de Reserva Ambiental (CRA), que criam um mercado para a comercialização de compensação de reserva legal, protegendo excedentes que normalmente seriam derrubados.

"O nosso grande desafio ainda é a efetiva implementação das leis acompanhada de uma fiscalização eficiente por parte dos órgãos ambientais carentes de recursos técnicos e humanos. Seja qual for a decisão do STF, que ela venha logo, a fim de dirimir qualquer dúvida e acabar com a insegurança jurídica sobre

a matéria", afirma Murad.

Essa insegurança leva a diferentes interpretações por parte do Judiciário. Pouco antes da aprovação do novo Código Florestal, o Ministério Público conseguiu a assinatura de termos de compromisso de 90% dos produtores rurais brasileiros para a recuperação de reservas legais e APPs, pelos termos da legislação de 1965. Com o advento da nova lei e a flexibilização dessas regras, muitos produtores começaram a seguir o determinado pelo atual código. Movimento que levou os promotores a contestarem caso a caso na Justiça. Em São Paulo, por exemplo, os juízes de primeira instância deram ganho de causa ao MP, mas o Tribunal de Justiça reformulou as decisões aplicando a lei vigente. Em Minas Gerais, ocorreu o mesmo, mas a corte afirma que o novo código é inconstitucional e determina a regularização com base na lei anterior. Caso as Adins já tivessem sido julgadas, todos seriam obrigados a seguir um entendimento comum.

Mesmo sem a questão estar pacificada, Rodrigo Justus, Samir Murad e Flávio Ahmed consideram absurdas as decisões que desconsiderem a Lei de 2012. "O Código Florestal de 2012 está em pleno vigor. As ações de inconstitucionalidade sequer foram votadas. Desconsiderar uma lei representa atentar contra a segurança jurídica e, ao mesmo tempo, ofender a isonomia. Essas condutas, no meu entender, atacam o Estado democrático de Direito", destaca o presidente da Comissão de Direito Ambiental da OAB/RJ.

Em descompasso com o movimento internacional de desrespeito às conquistas ambientais, capitaneado princi-

palmente pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, o Brasil, segundo os especialistas, não vive um quadro de ameaças. Mesmo que com brechas e flexibilização, ainda contamos com um modelo legal que serve de exemplo mundialmente, avaliam.

De acordo com o representante do Serviço Florestal, a Constituição Federal de 1988 foi a primeira a tratar expressamente do meio ambiente, tornando-o, a partir de então, um bem tutelado juridicamente. "Não se pode falar de fontes de bens como madeiras, combustíveis, alimentos e matérias-primas, não se pode falar de solo, não se pode falar de água, não se pode falar de biodiversidade, sem se falar sobre floresta. O que precisamos é dar um valor econômico para as florestas em pé, pois através de seu uso responsável haverá o combate à grilagem de terras públicas, à violência no campo e ao desmatamento. Temos muitas leis, precisamos é implementá-las", pondera Murad.

Flávio Ahmed concorda que, no Brasil, os valores ambientais não estão enfraquecidos. "Há uma consciência ambiental capilarizada na sociedade e um entendimento de que recursos naturais são finitos", diz. Mas também há uma onda de conservadorismo, em que setores tentam avançar sobre importantes conquistas. "Para proteção desse patrimônio precisamos de mobilização constante", assinala.

Para o presidente da comissão da Seccional, além da conscientização, o tema também amadureceu com a edição de novas normas. Mas é necessário medir até que ponto esta profusão legislativa é salutar para o meio ambiente:

“Temos um imenso aparato legislativo. São normas infralegais, resoluções, portarias que, às vezes, colidem em seu conteúdo. Isso agrava o quadro de insegurança, e quem ganha é o poluidor. Na Roma Antiga, Cícero dizia que ‘excesso de direito, excesso de injustiça’, pelo que é pertinente a analogia de que, às vezes, mais leis representam menos direitos. É melhor um ordenamento jurídico coerente e plasmado na Constituição – esta sim, o grande vértice da proteção ambiental – do que uma inflação de atos normativos que, se mal redigidos, podem ser um entrave à proteção ambiental e não um instrumento para sua concretização”, pontua.

Ahmed reforça que o Código Florestal nem é um código em sua acepção técnica, já que não reúne toda a produção legislativa sobre florestas e seus componentes protegidos. “Ele é uma das várias leis ordinárias brasileiras destinadas à proteção da flora e com impacto no direito de proteção sobre os demais recursos naturais, como fauna, biodiversidade e clima. Mas temos outros ordenamentos importantes, como a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (9.985/2000), a Lei da Mata Atlântica (11.428/06), a Lei da Biodiversidade (13.123/2015), além de tantos outros diplomas que, em maior ou menor grau, protegem os recursos naturais. Por certo que sem o forte aparato legal não teríamos avançado da forma como avançamos. E, embora o desmatamento continue crescendo, é certo que avançamos, porque possuímos instrumentos que nos permitem combatê-lo. Contudo, a sim-

ples existência de leis não é capaz, por si só, de gerar a proteção ambiental. Ela há de vir acompanhada de um processo de conscientização e de conhecimento para que elas sejam bem utilizadas em prol da proteção”, salienta.

Rodrigo Justus reforça o entendimento de que efetividade legislativa independe da quantidade de leis. De acordo com ele, de nada adianta um extenso arcabouço de normas se a população não as executa. “A qualidade ambiental não será resolvida pela existência de regras, mas sim pelo seu cumprimento. Senão caímos no chamado *law in the book*, ou seja, leis que existem apenas no papel e não pegam”, destaca.

Segundo Justus, nos demais países, quando uma legislação não é posta em prática há a revisão daquela norma. “Uma lei que não é cumprida ou é exagerada ou tem erros em sua formatação. Aqui temos regras conflitantes entre si. Nosso ambiente normativo é vasto. Precisamos de uma vez por todas entender que quando temos uma lei disfuncional, não devemos produzir mais duas, e sim consertar a existente”, conclui.

É como uma atualização que a CNA encara o código de 2012: “Essa legislação não é um retrocesso em direitos conquistados. Repito, ela ainda é severa se comparada a de outros países. Mas atualizou-se em função das novas tecnologias. No passado, era proibida a utilização das encostas para fim de produção de alimentos, porque não existia a mecanização e a tecnologia de uso de solo capazes de evitar processos erosivos. Hoje, isso já é possível”.

Apesar da polêmica, Flávio Ahmed reconhece os benefícios advindos do novo código e admite que o rigor da legislação anterior não representou sua observância. “Nesses cinco primeiros anos de vigência, a lei já trouxe instrumentos que representam um importante avanço na nossa proteção florestal, como o Cadastro Ambiental Rural. O CAR permite um diagnóstico informacional sobre a situação florestal do país. Mapeamento importante na medida em que fornece ao poder público informações necessárias, não apenas para se exigir a recomposição florestal (nos casos em que ela não corresponde à lei), como



Foto: arquivo pessoal

também para evitar desmatamentos. Para a efetividade total é imprescindível o julgamento das Adins”.


Em maio de 2016, o ministro Luiz Fux adotou o rito abreviado no trâmite das ações de inconstitucionalidade sobre o novo Código Florestal. Desta forma, o plenário do STF analisará a questão de forma definitiva, sem apreciação prévia de pedidos de liminares. Segundo declarações do ministro à época, trata-se de um caso de reconhecida relevância, “cujo desfecho envolve especial significado para a segurança jurídica dos limites legais para o desenvolvimento sustentável e produtivo de atividades típicas do legítimo exercício do direito de propriedade e da livre iniciativa”. No entanto, o Supremo ainda não tem previsão de pautar o julgamento das ações. 



Foto: arquivo pessoal

Samir Murad



Foto: Luiza Aparício

Flávio Ahmed

# Siga a OAB/RJ nas redes sociais

Acompanhando os canais de comunicação da Ordem, além de ampliarem as formas de contato com a Seccional, os colegas têm acesso a notícias jurídicas, a divulgações e transmissões online de eventos e a informações sobre serviços, convênios e ações da entidade.



[oab\\_rj](#)



[oabriodejaneiro](#)



[oabrj\\_oficial](#)



[@oabrj](#)



# O que se esconde por trás do “combate à corrupção”?



RAFAEL BORGES\*

Nas reflexões que produziu em torno do Direito Penal do inimigo, o magistrado e jurista argentino Eugênio Raúl Zaffaroni apontou que para exercer o poder dominante é imprescindível a detenção do poder punitivo; que quando o poder punitivo não encontra limites, fomenta o agigantamento do Estado de polícia, este franco opositor do Estado de Direito; que o sistema penal, para ser exercido permanentemente, está sempre à procura do inimigo e que o poder político, com todas as suas ramificações, pode e é frequentemente utilizado como poder de defesa contra os inimigos (*O inimigo no Direito Penal*, Revan, 2007). A seleção de inimigos determinados é ainda uma exigência operativa do sistema penal. Considerada a enorme quantidade de leis criminais em vigor e seu indiscutível alcance potencial, esse mecanismo de atuação, que vem alterando seus “alvos” ao longo da história, confere legitimidade às agências que operam os processos de criminalização. Apesar de sua atualidade como fenômeno social e especificidades relevantes, há indícios de que o propalado “combate à corrupção”, que direciona instrumentos do Estado policial principalmente contra políticos e determinadas atividades empresariais, esteja sendo evocado pelas agências do sistema penal (Polícia, Justiça, Ministério Público e mídia) na perspectiva do Direito Penal do inimigo.

Em sociedades de bases capitalistas, o exercício do poder punitivo está a serviço de interesses econômicos bem demarcados. Para não desnudarem sua atuação

“interessada”, as agências que operam o sistema penal estão sempre teorizando justificativas e normalizando procedimentos, ainda que em prejuízo da dogmática e dos limites colocados pela legislação vigente. O bom uso desses tipos de expedientes vem permitindo que, por exemplo, assistamos anestesiados à sanguinolenta e irracional “guerra às drogas”, sem perceber que sua (in)utilidade esteja diretamente relacionada aos esforços neoliberais de eliminação dos consumidores falhos da nova economia (*Globalização: as consequências humanas*, Zygmunt Bauman, Zahar, 1999). O “combate” ao varejo de drogas ilícitas nunca foi um fim em si mesmo, senão que o mecanismo mais exitoso de neutralização e marginalização permanente de pessoas que não conseguiram se integrar aos processos da economia formal. Guerrear contra o “tráfico de drogas” é a senha que viabiliza a dominação de territórios, o arrombamento de casas (em favelas) dispensando-se mandados de busca e apreensão e o encarceramento seletivo em massa, que cresceu mais de 400% ao longo dos últimos 20 anos (dados do Conselho Nacional de Justiça). Nada disso aconteceu sem a colonização de mentes e almas, sem expressivo apoio midiático, sem a corrosão da dogmática e sem o enfraquecimento da força normativa da Constituição.

O avanço do Estado de polícia a partir do “combate à corrupção” se vale de instrumentos semelhantes, guardados contornos peculiares que não deixam de reforçar a hipótese. Embora não mire uma classe social desfavorecida ou desintegrada das dinâmicas econômicas próprias do capitalismo neoliberal, o “combate à corrupção” afeta o Estado, as instituições públicas e a



política, criando quase que uma relação de imanência entre “desvios” e “relações estatais”. Mais uma vez, e também porque a sociedade brasileira tem base capitalista, ao enfraquecimento do Estado e das instituições públicas corresponde o enaltecimento da sociedade civil e do mercado, este caracterizado como virtuoso, desinfectado, técnico e racional. Quando atingem o Estado, os esforços de “combate à corrupção” deslegitimam a sua estrutura e a sua própria capacidade de regular as relações sociais e econômicas. Não é à toa que nesta ou noutra quadra histórica, o bom mocismo da anticorrupção surgiu em conjunturas políticas nas quais o Estado brasileiro, ainda que essencialmente capitalista, buscava alguns caminhos de reconciliação com as classes mais pobres, implementando medidas que reduziram a desigualdade social e o número de pessoas miseráveis.

Como acontece na “guerra às drogas”, a seleção de inimigos “corruptos” demanda contexto favorável, com o uso apoiado de técnicas e instrumentos que confirmam racionalidade ao discurso, sem o que estaríamos todos cientes de que experimentamos uma realidade altamente autoritária, em flerte constante com o fascismo. O apoio entusiasmado das agências de comunicação é impressionante, mas as relações entre mídia e sistema penal no capitalismo tardio são tema esgotado pelo advogado e professor Nilo Batista (*Discursos sediciosos*, nº 12, ICC). A corrosão da dogmática está presente na leitura jurisprudencial contemporânea do delito de corrupção passiva (artigo 317 do Código Penal), cada vez mais distante dos paradigmas doutrinários construídos a partir da redação dos tipos penais referidos, outrora aplicados com respeito ao princípio da legalidade e sem o propósito latente de ampliar o poder punitivo. Nesse sentido, até o Supremo Tribunal Federal sucumbiu à exigência de ter que se apontar na ação penal o “ato de ofício configurador de transação ou comércio com o cargo” então exercido pelo agente público corrompido. Esse entendimento, consolidado até o julgamento da Ação Penal 307 (ex-presidente

Collor), foi substituído na Ação Penal 470, quando então o tribunal “externou um entendimento mais abrangente, assentando ser suficiente, para a configuração do tipo previsto no art. 317 do Código Penal o mero recebimento de vantagem indevida, por funcionário público, dispensando-se a precisa identificação do ato de ofício. E mais: dispensou, também, a necessidade de indicação da relação entre o recebimento da vantagem por parte do servidor e a prática de determinado ato funcional” (fl. 3.729 do acórdão). Assim, passou a ser suficiente que a hipótese acusatória narre o repasse de valores ou o recebimento da vantagem, decorrendo da condição funcional do agente público em tese corrompido a conclusão de que o tal repasse comprou um “fazer” ou um “não fazer”, independentemente da descrição do ato de ofício. Um alargamento dogmático dessa natureza, longe de ser uma ferramenta de moralização do Estado brasileiro, fragiliza a classe política, empodera acusadores e cria um ambiente generalizado de suspeição. O resultado disso é o agigantamento do sistema penal, com prejuízo evidente para as instituições e a capacidade do Estado de prover regulação e serviços.

Os esforços de “combate à corrupção” têm servido ao avanço das pautas conservadoras, à criminalização da política e à predominância do Estado policial. Evoca-se uma expressão belicista, como em “guerra às drogas”, justamente para justificar os excessos que são sistematicamente praticados. O inimigo não é bem outro e a seletividade inerente ao sistema penal não abandonou o corte de classes. A equivocada percepção de que as agências persecutórias deixaram de agir seletivamente ou adotaram outros critérios e estereótipos serve bastante à legitimação do Estado policial, ao processo de desmonte do Estado regulador/prestador de serviços e do Estado democrático de Direito. Não serve para mais nada.

*\*Conselheiro da OAB/RJ,  
advogado criminalista*

# Direito da Moda apresenta formas de proteção para estilistas

Segundo da série de eventos promovidos pela Comissão de Direito da Moda da OAB/RJ para aproximar a advocacia dessa indústria, a palestra *Os estilistas e a moda: proteção e desafios*, realizada no dia 21 de junho, na sede da Seccional, reuniu profissionais de marcas e especialistas em *fashion law* para debater os principais problemas enfrentados no setor, principalmente no que se refere a cópias.

Apresentando um histórico sobre as políticas de proteção na indústria da moda desde a Idade Média, a membro consultora da comissão Paula Acioli apontou como exemplo o período dos séculos 14 a 18, quando as chamadas leis suntuárias estabelecidas pelos reinos já tinham como principal preocupação a proteção da moda: "Os nobres pensaram em um sistema de leis para proteger o po-

der que tinham, mas na forma como se vestiam. Esse sistema regulava as cores que podiam ser usadas, os materiais, os acessórios etc. Eles não queriam ser copiados", contou.

Uma das formas consideradas por Acioli mais eficazes atualmente no combate à pirataria é o *cobranding*, uma associação de duas marcas de prestígio, geralmente unindo um produto de luxo a uma rede voltada à grande massa, de forma a popularizar o acesso a uma marca.


Um dos exemplos citados foi a loja de roupas multimarcas internacional *H&M*, que tem caráter mais popular e que recentemente lançou coleções exclusivas da *Kenzo* e da *Balmain*. "O *cobranding* é uma verdadeira sacada, pois já inclui uma proteção. Essa associação entre luxo e massa permite vender

Paula Acioli: preocupação com cópias já na Idade Média




Foto: Bruno Martins

produtos por preço superacessível e, assim, as cópias perdem um pouco o sentido", exemplificou.

Participaram também do evento a presidente da comissão, Deborah Portilho; a vice-presidente, Bruna Rego Lins; a secretária-geral, Ana Letícia Allevato; a diretora do Departamento de Cultura e Eventos da OAB/RJ, Paula Vergueiro; o presidente da Associação Brasileira de Estilistas (Abest), Paulo Lourenço Bartholomei; os criadores da marca *The Paradise* Thomas Azulay e Patrick Doering; a diretora de criação da marca *Salinas* Jacqueline De Biase; e a consultora de imagem Patrícia Geyer. 

## Brexit, Operação Carne Fraca e questões internacionais em debate

A saída da Inglaterra da Comunidade Europeia – chamada de *Brexit* – e os efeitos da Operação Carne Fraca da Polícia Federal foram alguns dos assuntos abordados na palestra *Join forces: Barristers and advogados – A discussion on issues of international law*, que aconteceu no dia 21 de junho, na OAB/RJ. O palestrante foi o presidente do *Bar Council* da Inglaterra e País de Gales, Andrew Langdon. O evento teve ainda a participação do vice-cônsul geral britânico, Kalada Bruce-Jaja.


A Comissão de Relações Internacionais (CRI) organizou o evento em parceria com o *Bar Council*. Na abertura da palestra, o presidente da comissão, Bruno Barata, ressaltou a importância, no momento atual, de integração para enfrentar as grandes mudanças no cenário internacional. "É fundamental hoje unir forças", disse na ocasião. Temas como financiamento de terceiros e estudos de casos de arbitragem internacional também fizeram parte do programa. 



Bruno Barata

## Comissão apoia 11ª Mostra Cinema e Direitos Humanos

O presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/RJ, Marcelo Chalhó, participou da abertura oficial da *11ª Mostra Cinema e Direitos Humanos*, realizada pelo Ministério dos Direitos Humanos, com apoio institucional da Ordem. O evento aconteceu no dia 20 de junho, na Cinemateca do MAM.

Para Chalhó, é fundamental a entidade se fazer presente nesses eventos, dando o suporte institucional que o tema merece. Em dez anos, a mostra expandiu-se da América do Sul para o mundo, além de contar, pelo quarto ano consecutivo, com cerca de mil pontos de difusão pelo país. 



Marcelo Chalhó

# Seminário faz balanço de Operação urbana consorciada

O instrumento da Operação urbana consorciada, originalmente chamado de Operação urbana, foi debatido no dia 19 de junho em palestras organizadas pela Comissão de Direito Urbanístico (CDU) da Seccional.

O instrumento autoriza o poder público municipal a conceder, dentro de um perímetro definido em lei própria, índices e parâmetros urbanísticos adicionais àqueles previstos na legislação ordinária de uso e ocupação do solo, em troca de contrapartida a ser paga pelo interessado. Segundo o membro da comissão e coordenador do grupo de trabalho Operações Urbanas Consorciadas, Gustavo Gorayeb, o tema ganha importância no contexto atual justamente por dizer respeito a parcerias com a iniciativa privada.

“Na situação econômica crítica em que nos encontramos, a gente vê que

o caminho vai ser através de parcerias com a iniciativa privada. E o instituto da operação urbana consorciada nos dá essa saída. O problema é que desde a sua criação temos encontrado dificuldade de implementá-lo da forma correta”, observou Gorayeb.

Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Mackenzie de São Paulo, Nádya Somek ressaltou, em sua exposição, a importância de aplicar o instrumento com foco na inclusão social. “Temos que pensar na transformação da cidade e usar o instrumento pensando nessa inclusão, até porque ele foi projetado justamente para esse fim. Precisamos de gestão transparente, de participação e de um projeto claro para que isso seja efetivo”, disse.

O seminário teve também a participação do secretário-geral da CDU, Paulo

Fotos: Lula Aparício



Raposo; do presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro, Jerônimo Moraes Neto; e do promotor de Justiça Marcus Cavalcante Pereira Leal; entre outros palestrantes. [T](#)

## Abordagens sobre formas de enfrentamento da corrupção

Em meio à crise institucional brasileira, diversas abordagens sobre a corrupção foram expostas no seminário que a Comissão de Relações Institucionais (Crint) da OAB/RJ realizou sobre o tema, no dia 14 de junho.

O evento foi promovido em parceria com a Rede Internacional de Excelência Jurídica no Estado do Rio de Janeiro, cujo presidente, Helio José Machado, foi o responsável pela mediação das primeiras mesas com o presidente da Crint, Vitor Marcelo Afonso Rodrigues.

A palestra inicial ficou a cargo do desembargador do Tribunal de Justiça fluminense Claudio Brandão de Oliveira, que abordou o controle da atividade administrativa do Estado. Para ele, os tempos atuais se destacam, principalmente, por um movimento de “recuperação da sociedade de seu poder de origem”. Essa tendência, segundo Oliveira, tem se caracterizado por um movimento voluntário da população de cobrança e tomada dos



espaços públicos.

Para o desembargador, é importante não resumir os problemas do Estado na corrupção. “O Estado é ineficiente, há muita corrupção e muito desperdício. Não adianta achar que é só uma coisa, é preciso atacar esses três males”, assinalou.

O evento contou, ao longo do dia, com vários palestrantes. [T](#)

## Audiência pública pede valorização das estatais

Uma audiência pública contra a desvalorização das empresas estatais foi realizada no dia 23 de junho, na sede da OAB/RJ. O encontro reuniu especialistas em Direito e Economia, parlamentares e centrais sindicais para debater o chamado “sucateamento” do setor.

Presidente da Comissão de Advogados Estatais da OAB/RJ, que organizou o evento, José Ademar Arrais Rosal Filho afirmou que a ocasião deveria servir como “pontapé inicial” de uma campanha em defesa das estatais. “É preciso parar com essa mentalidade difundida na sociedade de que estatais não servem para nada, que a iniciativa privada vai tomar conta de tudo por ser mais eficiente. Esse estigma, inclusive, de que os empregados de estatais são vagabundos, como ouvimos falar por aí”, observou. [T](#)

## Rio pede por fortalecimento da jovem advocacia em encontro nacional

Foto: Bruno Martins




Tomás Ribas

Realizado simultaneamente com o XVI Encontro Nacional da Jovem Advocacia, em Rondônia, dos dias 1º a 3 de junho, o Colégio de Presidentes das Comissões dos Jovens Advogados teve, como principal pauta, a necessidade urgente de fortalecimento dos profissionais em início de carreira.

Segundo o presidente da Comissão OAB Jovem da Seccional, Tomás Ribas, que representou o Rio de Janeiro no evento, um dos principais pleitos que apresentou na ocasião foi a luta pela extinção da cláusula de barreira, que atualmente impede que advogados com menos de cinco anos de formados ocupem cargos de diretoria ou participem dos conselhos da Ordem.

“A jovem advocacia já representa metade dos advogados e advogadas na ativa e mais do que nunca nós precisamos ser ouvidos”, declarou, ressaltando que percebeu uma postura mais combativa para pleitear espaço. “A falta de representação é tão grande que, no próprio encontro, a mesa de abertura contava com apenas dois profissionais da jovem advocacia. Isso é simbólico. Porém, a reação mostrou que não aceitaremos mais não ter voz”.

Na ocasião, também foi realizada a XIII Conferência da Advocacia de Rondônia. 

## Mediação de Conflitos da OAB/RJ: mais de mil casos atendidos

A Comissão de Mediação de Conflitos (CMC) da OAB/RJ comemorou recentemente a marca de mil atendimentos – até junho desse ano, foram exatamente 1.116 casos atendidos pelo núcleo, sendo que em 704 ambas as partes compareceram, e em 445 deles foi celebrado acordo. Os casos são oriundos do Tribunal de Ética e Disciplina (TED), da Central de Atendimentos e da Ouvidoria da entidade.


Segundo a presidente da CMC, Samantha Pelajo, o que move os 86 mediadores vinculados à comissão é a intenção de contribuir para a cultura da mediação entre os advogados e para a cultura da decisão informada entre os mediadores. “Ao invés de deduzir pretensões em juízo, sem controle sobre o tempo de tramitação ou o resultado final do processo, o advogado pode se valer da mediação extrajudicial. Mediadores facilitam o diálogo entre as partes; advogados assessoram juridicamente seus respectivos clientes. São atuações complementares que, conjugadas, potencializam as chances de as partes encontrarem soluções de benefício e satisfação mútuos, em pouco tempo e a



Samantha Pelajo

Foto: Lula Aparício

um custo reduzido”, resumiu.

Pelajo acrescenta que o próprio Conselho Federal da OAB aprovou o Pacto Nacional da Advocacia pelos Métodos Extrajudiciais de Resolução de Conflitos e publicou, juntamente com o Ministério da Justiça, o *Manual de Mediação de Conflitos para Advogados*, escrito por advogados, disponível na página da CMC ([camc.oabRJ.org.br/camc/](http://camc.oabRJ.org.br/camc/)). 

## Café com debate aborda ações de família no CPC




Sandro Amaral e Sylvia Drummond

Foto: Eduardo Sarmento

A Escola Superior de Advocacia (ESA) realizou em 21 de junho mais um encontro do projeto *Café com debate*. As ações de família no novo Código de Processo Civil (CPC) foram discutidas pelos professores Sylvia Drummond e Sandro Amaral.

Sylvia tratou da questão da cumulação de processos em ações de família. “Em relação ao processo civil, é possível entrar com um único processo acumulando os pedidos de divórcio, guarda, alimento e partilha de bens, por exemplo, processualmente não há restrição. Essa deve ser uma estratégia do advogado frente ao caso concreto”, pontuou.

Para Amaral, é melhor ingressar as ações separadamente. “Na hora da execução isso não funciona. Eu entendo que a ação de guarda deve andar sozinha, alimentos de menores também. Fica estranho o menor ser o coautor de uma ação de divórcio, por exemplo. No caso de alimento entre cônjuges, não vejo problemas para o advogado, mas acaba sendo desagradável para as partes”. 

# Encontro sobre PEC das Diretas aponta para necessidade de união



Fotos: Lula Aparício

Luciano Bandeira, Miro Teixeira e Marcus Vinicius Cordeiro

Em 5 de junho, a OAB/RJ recebeu lideranças de movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos para debater a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 227/2016, a chamada PEC das Diretas, que trata da realização de eleições diretas para a presidência da República em caso de vacância do cargo nos últimos seis meses do mandato.


Representando o presidente da OAB/RJ, Felipe Santa Cruz, no encontro, o tesoureiro da Seccional e presidente da Comissão de Prerrogativas, Luciano Bandeira, lembrou que o Conselho Pleno da Ordem fechou posição pela defesa de realização de eleições diretas para que a legitimidade do governo seja reestabelecida.

Destacando o protagonismo da Ordem nas crises que o país atravessou, o secretário-geral da Seccional, Marcus Vinicius Cordeiro, ressaltou a necessidade de união. "A Ordem sempre foi buscada pelas forças populares em momentos dramáticos da nossa história e nunca recuou, esteve na defesa dos movimentos democráticos. A unidade é necessária que a gente supere mais esse drama do país", disse.

O autor da PEC das Diretas, deputado federal Miro Teixeira (Rede/RJ), explicou que a emenda modifica o Artigo 81

da Constituição, que atualmente prevê eleições indiretas passados dois anos de mandato. A mudança já estava prevista na Minirreforma eleitoral de 2015 e a ideia da PEC surgiu para que a reforma não fosse julgada inconstitucional. "Fiz a minha PEC fora de um momento que se pudesse permitir chamar de casuístico. À época não existiam essas crises de sucessão", disse.

O deputado federal Wadih Damous (PT/RJ) também defendeu que, caso o presidente da República, Michel Temer, seja afastado do cargo, será preciso viabilizar eleições diretas. "A figura do presidente é muito importante para a consciência popular. Será preciso conquistar a autoridade popular do presidente da República e isso só será possível com eleições diretas".

Também participaram do debate a deputada federal Jandira Feghali (PCdoB/RJ), representantes do Sindicato dos Metalúrgicos, do Clube de Engenharia, do Conselho Regional de Economia, da União Estadual dos Estudantes, da Frente Brasil Popular, do PT, do PCdoB, do PSB e da Rede. 

## Segurança no sistema metroviário pauta encontro

Os problemas de segurança do sistema metroviário no Brasil e, em especial, da concessionária MetrôRio, foram debatidos no encontro organizado em conjunto pelo Centro de Documentação e Pesquisa e pela Comissão de Direito Sindical da OAB/RJ, dia 8 de junho.

Diretor do Centro de Documentação e Pesquisa, Aderson Bussinger explicou que o tema chegou à Ordem pela denúncia de óbitos no sistema metroviário à Comissão de Direitos Humanos, da qual faz parte: "Percebemos que essa questão de direitos humanos também necessitava de um debate muito mais amplo, abordando a estrutura da segurança da empresa e um universo maior de responsabilidades e diretrizes".

Presidente da Comissão de Direito Sindical, Rita Cortez iniciou o evento apontando que o Brasil está entre os países com os maiores índices de acidentes de trabalho e doenças provenientes. "É um problema geral que pode


se agravar em setores específicos como este, em que o sistema falho de segurança leva até a casos de óbito."

Advogado do Sindicato dos Metroviários do Estado do Rio de Janeiro (Simerj), Jair Giangiulio Junior questionou a atribuição de poder de polícia ao agente de segurança do metrô, relacionando-a à morte da condutora Elisangela Gomes Lima, atropelada no trecho entre as estações Central e Cidade Nova em 2014. Na ocasião, a concessionária MetrôRio teria orientado os agentes de segurança a removerem o corpo de Elisangela dos trilhos e lavar o local, alterando a cena antes da chegada dos peritos. Além desta, outras denúncias já teriam sido apresentadas ao sindicato relatando o mesmo procedimento.

Presidente da Federação Nacional de Metroferroviários, Paulo Pasin observou que a necessidade de discussão sobre acidentes



Rita Cortez e Aderson Bussinger

de trabalho, de forma geral, se acentua nessa situação: "No caso de quem presta um serviço público de alta tecnologia, é preciso ir além. Em São Paulo, por exemplo, transportamos no metrô cinco milhões de pessoas por dia. Qualquer acidente adquire uma dimensão que pode levar a uma tragédia". 

# Morosidade é maior dificuldade

Os presidentes das subseções do Sul Fluminense reuniram-se no dia 23 de junho, em Barra Mansa, para debater os problemas de prestação jurisdicional na região. No encontro, os representantes da advocacia levaram as questões diretamente ao juiz auxiliar da Corregedoria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT-1) André Villela e ao corregedor-geral do Tribunal de Justiça (TJ), Cláudio de Mello Tavares.

O tesoureiro da Seccional e presidente da Comissão de Prerrogativas, Luciano Bandeira, destacou a importância da participação de um corregedor do TJ nas reuniões zonais. "É uma felicidade para a Ordem termos um desembargador oriundo do Quinto Constitucional na Corregedoria do tribunal", disse. Também participaram do encontro os juízes auxiliares do TJ Luiz Mello Serra e Luiz Eduardo Canabarro.

Para o diretor do Departamento de Apoio às Subseções (DAS), Carlos André Pedrazzi, a experiência da participação de representantes das corregedorias dos tribunais estaduais nas reuniões zonais está sendo bem positiva. "O foco dos nossos encontros é a aproximação da advocacia com os tribunais, para levar as questões de interesse das regiões e

contribuir para a melhoria da prestação jurisdicional", disse.

## Problemas nas varas do trabalho

Na primeira parte do encontro, o juiz André Villela, do TRT-1, ouviu as demandas dos presidentes das subseções. O pedido do presidente da OAB/Barra do Piraí, Christopher Taranto, foi pela instalação da 2ª Vara do Trabalho no município. "A competência da vara, atualmente, abrange oito cidades", disse.

O presidente da OAB/Resende Samuel Carreiro, reclamou do grande acúmulo de processos na 1ª Vara Trabalhista do município. Segundo Villela, o TRT-1 está ciente da situação e, por isso, criou um plano emergencial para resolver o problema. "Estão sendo feitas audiências de segunda a sexta, com três juízes. Esperamos que o andamento na vara seja regularizado até o fim do ano", afirmou.

Em Três Rios, o problema é estrutural, segundo relatou o presidente OAB local, Sérgio de Souza. "A vara não tem banheiro público e o bebedouro está estragado, além de não ter acessibilidade", sublinhou ele.

## Morosidade e complexidade das custas

A lentidão nos cartórios foi a prin-

cipal reclamação dos presidentes das subseções do Sul Fluminense. O presidente da Subseção de Valença, Fabio dos Anjos, lembrou que a remoção dos serventuários, feita em 2016, diminuiu drasticamente o número de funcionários na região, o que contribuiu para a lentidão

Luciano destacou a importância da participação da Corregedoria do TJ nas reuniões zonais

Fotos: Lúia Aparício

## Pesquisa da OAB/Barra da Tijuca pode ser respondida



Claudio Carneiro

Desde outubro, a Subseção da Barra da Tijuca disponibiliza, na sede da subseção e na sala do fórum da comarca, a pesquisa *A voz do advogado*, que pretende catalogar os principais problemas de quem milita na região. O formulário também está disponível na internet, através do link [oab-barra.org.br/an10.html](http://oab-barra.org.br/an10.html), e foi enviado, por e-mail, aos advogados inscritos na subseção. Os colegas podem responder até o final de julho.

Para o presidente da OAB/Barra da Tijuca, Claudio Carneiro, a pesquisa vai mostrar com dados estatísticos e oficiais qual, de fato, é a posição da advocacia da região, principalmente em relação às varas do fórum que apresentam mais pro-

blemas. "Antes, quando eu levava uma reclamação aos juízes, eles afirmavam tratar-se de um fato isolado. A pesquisa está sendo fidedigna em relação às piores varas do fórum e ratificando as reclamações que os colegas já faziam informalmente. Os problemas são gerais", disse.

Para responder a pesquisa, o colega precisa se identificar, mas Carneiro garante que os dados não serão públicos. "A pesquisa não é anônima para garantir credibilidade. Entendo que o colega tenha um pouco de receio em relação a enfrentamento aos magistrados, mas nós apenas divulgaremos os percentuais. As atitudes serão tomadas

# no Sul Fluminense



nos andamentos dos processos.

Em setembro, será lembrado o aniversário de dez anos da ausência de juiz titular na comarca de Mendes. Essa foi a principal reclamação do presidente da subseção local, Paulo Afonso Loyola. Ele se queixou da vinculação com a comarca

de Paulo de Frontin, o que impede a abertura de vacância para Mendes. "Nós não entramos no sorteio dos juízes. É preciso acabar com essa vinculação e trazer um juiz para a cidade", pediu.


A falta de gestão do cartório e a possibilidade da extinção da comarca de Pinheiral foram os pontos levantados pelo presidente da OAB/Piraí, Gustavo de Abreu. "Além disso, a forma com que a juíza trata os advogados não é adequada. Não temos um bom relacionamento", disse.

O presidente da Subseção de Barra Mansa, Noé Garcez, também reclamou de desrespeito às prerrogativas por parte de uma magistrada, a da 1ª Vara Cível da comarca. Segundo Garcez, ela só recebe os advogados com hora marcada. Outra reclamação foi em relação ao sistema de custas do tribunal. Segundo ele, o processo como feito atualmente não é eficaz. "É preciso criar uma forma mais prática para o recolhimento das custas. Não faz sentido processos ficarem paralisados por causa de centavos. Isso inviabiliza a advocacia".

No encontro, a presidente da Comissão OAB Mulher, Marisa Gaudio, falou sobre a implantação do Plano Estadual


da Mulher Advogada em todo o Rio de Janeiro e pediu aos presidentes de subseção que fizessem uma lista com mulheres que pudessem dar palestras de acordo com sua especialidade. "Nós queremos mulheres competentes trabalhando na Ordem, queremos ocupar o nosso espaço", frisou.

Procurador-geral da Ordem e coordenador das comissões temáticas, Fábio Nogueira colocou a procuradoria à disposição das subseções. "Percebi que havia um distanciamento entre a procuradoria e as subseções, mas é razoável que as solicitações das subseções tenham prioridade, já que elas não contam com procuradoria própria. Então estamos realizando um trabalho conjunto com as comissões de prerrogativas, tanto locais quanto a estadual", afirmou.

Também participaram da reunião os presidentes das subseções de Rio Claro, Adriana Moreira; de Volta Redonda, Alex Martins; de Vassouras, Vivian Machado; de Paraíba do Sul, Eduardo Langoni; e de Miguel Pereira, David de Mello; o vice-presidente da Caarj, Fred Mendes e a coordenadora do DAS no Sul Fluminense, Denise de Paula. 

## pela internet

institucionalmente, como subseção, em parceria com a Seccional". Os resultados da pesquisa serão divulgados em agosto, mês do advogado. Também será feito um dossiê que será levado à Corregedoria do Tribunal de Justiça (TJ) e ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Carneiro destaca que a pesquisa está tendo boa aceitação da classe. "A advocacia está gostando de ser efetivamente ouvida. É uma iniciativa inédita e estamos trazendo para a internet para ter uma amplitude maior e atingir mais colegas". Ele lembra que advogados que não estão inscritos na Subseção da Barra da Tijuca, mas militam no fórum local também podem participar da pesquisa. 



Sérgio Ricardo (esq.),  
Rosemberg, Pedrazzi,  
Mello Tavares e Luciano

## Na zonal da Baixada, reclamações sobre morosidade e problema nos JECs

Problemas na gestão dos cartórios, lentidão no andamento processual e na expedição de mandados de pagamento e desrespeito às prerrogativas foram apontados pelos presidentes das subseções da Baixada Fluminense que estiveram, no dia 9 de junho, em Nova Iguaçu. As reclamações foram feitas diretamente ao corregedor-geral do Tribunal de Justiça (TJ), Claudio de Mello Tavares, que vem participando das reuniões zonais para conhecer de perto as demandas dos colegas.

"A advocacia tem um canal aberto com a corregedoria. Nosso objetivo é o mesmo: atender o jurisdicionado que bate à porta da Justiça", afirmou Mello

Tavares, que estava acompanhado dos juizes auxiliares Afonso Henrique Barbosa e Leandro Loyola de Abreu.

O diretor do Departamento de Apoio às Subseções (DAS), Carlos André Pedrazzi, destacou que as zonais são eventos importantes para a gestão da Ordem, no que foi apoiado pelo tesoureiro da Seccional e presidente da Comissão de Prerrogativas, Luciano Bandeira. "É importante que a corregedoria esteja aberta a ouvir as nossas demandas. Desta forma, nossos problemas podem ser resolvidos mais facilmente", disse Luciano.

### Acúmulo de processos nos JECs

Durante a reunião, a presidente

da Subseção de São João de Meriti, Júlia Vera Santos, cobrou a designação de funcionários e estagiários para os dois juizados especiais cíveis (JECs) da comarca. Outra reclamação foi em relação ao horário de abertura dos fóruns. Para ela, não faz sentido a primeira audiência do dia estar marcada para 10h, horário de abertura do fórum. A questão foi levantada, também, pelo presidente da Subseção de Belford Roxo, Abelardo Tenório, que relatou problemas em todas as varas da comarca, destacando, ainda, a necessidade de um segundo JEC em Belford Roxo.

(continua)



O JEC de Queimados, segundo o presidente da subseção local, José Bôfim, enfrenta problemas desde 2014 e tem 15 mil processos paralisados. Ele pediu ao TJ esforços para a normalização do trabalho na serventia e sua desvinculação das 1ª e 2ª varas. "A situação em Queimados está muito complicada", declarou.

### Problemas nos fóruns e desrespeito às prerrogativas

A principal demanda do presidente da OAB/Duque de Caxias, Vagner Sant'Ana, é pela criação de um fórum regional na comarca. "Como será necessário contratar funcionários, a solução pode ser o deslocamento de uma vara cível e um juizado, migrando a equipe para o foro regional", sugeriu.

Em Nilópolis, a reclamação foi em relação à revista nos fóruns. Segundo o presidente da subseção, Celso Gonçalves, a Resolução 16 do Órgão Especial não vem sendo respeitada, já que os magistrados vão do estacionamento direto para suas salas. "Essa diferenciação não pode existir", reclamou.

À frente da Subseção de Magé, Renato Siqueira se queixou da dificuldade de acesso a um dos juízes que atuam em Guapimirim e também da falta de servidores no fórum. Em Inhomirim, que também está sob a jurisdição da Subseção de Magé, o pedido foi pela ampliação da sala da OAB no fórum. Sobre as serventias, Siqueira relatou que a comarca de Magé tinha três varas cíveis que foram reunidas em uma só. "Hoje temos uma única vara, com acervo de três serventias e apenas um juiz", explicou.

O presidente da subseção anfitriã, Jorge Rosemberg, reclamou dos juízes leigos que atuam na comarca. "Eles já


têm o que nós chamados de 'juizite', acham que são deuses, o que atrapalha o andamento judicial". Outra observação negativa foi em relação aos serventuários virtuais, isto é, aqueles que estão lotados em outros municípios, mas prestam serviço para as serventias de Nova Iguaçu.

Além das questões referentes ao andamento processual, outro ponto levantado por Rosemberg foi a não existência de atendimento médico nos fóruns da Baixada Fluminense. "Em caso de emergências, teríamos que recorrer ao Samu. Estamos despreparados", disse.

### Inauguração de sala de estudos da OAB/Nova Iguaçu

Na ocasião, foi inaugurada a Sala de Estudos Ronald Alexandrino, no 5º andar da sede da subseção. Equipado com projetor e televisores, o local será dedicado a atividades de aprimoramento da advocacia. "Essa sala nos proporcionou uma melhor adaptação do espaço. Aqui nós poderemos cultivar a cultura e aprender", afirmou Rosemberg.

Segundo Luciano, é importante que a advocacia tenha esses ambientes. "Um advogado mais capaz e focado no aprendizado é também um profissional mais realizado", disse. Para Pedrazzi, a categoria sai fortalecida com a inauguração de salas de estudo e auditórios: "É fundamental que a Ordem tenha espaços focados no aperfeiçoamento da profissão".

Também participaram da reunião a presidente da Comissão OAB Mulher, Marisa Gáudio; o procurador-geral da Ordem, Fábio Nogueira; o vice-presidente da Caarj, Fred Mendes; e o coordenador do DAS na Baixada Fluminense, Sérgio Ricardo da Silva. 

## OAB/Rio Bonito no IAB

O presidente da Subseção de Rio Bonito, César Gomes de Sá, se tornou membro efetivo do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB). A cerimônia de posse foi realizada em 21 de junho.

## Estacionamento mais barato no Méier

No Méier, o convênio da subseção com o Stop Estacionamento estabeleceu um valor fixo de R\$ 12 por dia, no período entre 9h e 18h. Para conseguir o desconto, basta carimbar o recibo na sede da subseção, que fica na Rua Venceslau, 19. Mais informações pelo telefone (21) 2241-8786.

## Subseção de Barra Mansa tem novo convênio com plano de saúde

Colegas de Barra Mansa podem aderir ao plano de saúde Salutar com preços promocionais e tabela própria, abaixo do valor de mercado, graças a convênio da subseção local. Interessados em contratar o plano devem entrar em contato com a OAB/Barra Mansa pelo telefone (24) 3343-2641 ou (24) 99940-0273.

## Prática trabalhista em Belford Roxo

Às quartas-feiras de julho, a OAB/Belford Roxo realizará em seu auditório o curso *Audiência e prática trabalhista*, das 17h às 18h30. As aulas serão ministradas pelo professor Fábio Gonçalves Pacheco, pós-graduado em Direito e Processo do Trabalho. Mais informações e inscrições nos telefones (21) 2661-3253, (21) 2785-6968 ou pelo e-mail [belford.roxo@oabrj.org.br](mailto:belford.roxo@oabrj.org.br)

## Saltimbancos na Leopoldina

A peça teatral *Os Saltimbancos* será encenada na OAB/Leopoldina no dia 8 de julho, às 17h. Na fábula, um burro, um cão, uma galinha e uma gata, maltratados pelos donos, fogem e se conhecem na estrada, formando um quarteto musical. O evento é gratuito e sujeito a lotação. A subseção fica na Rua Leopoldina Rêgo, 542/104, em Olaria.

## Adote um idoso em Nova Iguaçu

A OAB/Nova Iguaçu está arrecadando produtos de higiene pessoal para doar ao asilo Irmã Catarina, em Mesquita. A entrega será realizada em 26 de julho, quando é celebrado o Dia das Avós, por isso as doações devem ser feitas até o dia 10 de julho nas salas da Ordem nos fóruns de Nova Iguaçu e Mesquita ou na sede da subseção. Mais informações pelo telefone (21) 2765-5500.

## OAB/Barra do Piraí discute políticas públicas e sociais

A subseção participou do I Foro Regional de Políticas Públicas e Sociais, cujo tema foi segurança pública. Durante o encontro, o presidente da Ordem local, Christopher Taranto, firmou parceria de colaboração com a Polícia Militar tendo em vista a grave crise do estado.

# OAB/Vassouras celebra semana do Meio Ambiente com plantio de árvores




Vivian (de azul, ao centro) observa o plantio de mudas feito pelas crianças

A Semana Internacional do Meio Ambiente foi lembrada em Vassouras nos dias 5 e 6 de junho, quando a Ordem local realizou atividades em escolas públicas do município sobre o tema, com foco na importância da preservação da Mata Atlântica, ressaltando a legislação ambiental, o consumo responsável e

promovendo uma campanha de conscientização sobre o descarte de resíduos. O projeto foi realizado em parceria com as secretarias de Meio Ambiente e de Educação do município e com a Comissão OAB vai à Escola.

No dia 5, as atividades foram no Instituto de Educação Thiago Costa,

que só tem aulas no turno da noite. Segundo a presidente da Subseção de Vassouras, Vivian Rocha, a visita foi bastante proveitosa, já que os alunos deste turno geralmente não têm acesso a atividades diferentes na escola. "Os estudantes do noturno geralmente já enfrentam dificuldades para estudar, muitos trabalham durante o dia. Por isso quisemos fazer essa inclusão", explicou. Na manhã do dia 6, a presidente da subseção esteve na Escola Municipal Prefeito Severino Ananias Dias, que atende alunos da creche ao Ensino Fundamental. No local foi realizado o plantio de seis mudas de ipês.

Vivian explica que este foi o primeiro passo na atuação da subseção nas escolas públicas, mas outras palestras estão sendo agendadas para o segundo semestre. Um dos temas a ser abordado é a violência doméstica. Em outra frente, a OAB/Valença também está fechando uma parceria com a Universidade Severino Sombra (USS), para disseminar informações e esclarecimentos sobre questões médicas. 

## CLASSITRIBUNA

### ALUGUEL DE IMÓVEL SEM FIADOR

Use título de capitalização como garantia em locações sem limites de valor. É rápido, sem constrangimentos e sem burocracias. Ao final do contrato, o inquilino ainda pode ter de volta o valor do título atualizado pela TR.  
TELS: (21) 98497-3713 ou 98872-0608  
5S@5Scoretora.com.br

### ESCRITÓRIO VIRTUAL

Advogados, tenham já seu escritório no melhor endereço do Centro do Rio, a partir de R\$ 175,00. Escritórios com total infra-estrutura, atendimento telefônico com transmissão de recados, endereçamento comercial, salas de atendimento e reunião com ramal telefônico, internet, fax e impressões. Av. Rio Branco, 181, Venha conhecer nossas instalações! site: [www.atriamoffices.com.br](http://www.atriamoffices.com.br) Tel: (21) 2292.8488 / 2544.2666

### ESCRITÓRIO CORRESPONDENTE E CÁLCULOS JUDICIAIS

Apoio na Capital e Grande Rio; Audiências Cíveis e trabalhistas; Protocolo de Petições e Recursos; Compartilhamento de Escritório; Cálculos Judiciais, Cíveis e Trabalhistas, Iniciais e Liquidação de Sentença; Embargos à Execução e Impugnações; Orientação Técnica para elaboração de peças; Expedição de GRERJ; Administração de Imóveis (taxa especial para advogados).  
Dr. JORGE RODRIGUES (21) 2562-3016, (21) 97119-9396 [jorge@adv.oabRJ.org.br](mailto:jorge@adv.oabRJ.org.br)

### GRERJ PRONTO!

Recolha custas sem error. Confira sua GRERJ antes de pagar no BRADESCO. Serviço prestado por apenas R\$ 10,00. Também fazemos a GRERJ e outras guias. Consulte nossos preços. Peça e receba por e-mail. [cesar@grerjpronto.com](mailto:cesar@grerjpronto.com) Ou, ligue (21) 2743-8363 (Teresópolis/RJ)

### CÁLCULOS JUDICIAIS

Elaboramos Cálculos Trabalhistas, Sistema Financeiro da Habitação, Cheque Especial, Empréstimos, Cartão de Crédito, Prestação de Contas, Leasing e CDC de Automóveis. Trabalhamos via Online (PJE). Tels: (21) 2210-5209 - 2220-1178 Cel/WhatsApp: (21) 98458-2701 E-mail: [pontacalculosjudiciais@gmail.com](mailto:pontacalculosjudiciais@gmail.com) Website: [www.pontacalculosjudiciais.com.br](http://www.pontacalculosjudiciais.com.br)

## Anuncie no Classitribuna

### Atinja mais de 110 mil advogados

Pequenos anúncios agora têm espaço garantido na Tribuna do Advogado, com máximo de 50 palavras em módulos de 3 cm por 4,5 cm. Saiba mais sobre os espaços publicitários e os planos de mídia que o veículo oferece.

Atendimento Comercial - Gestão de Negócios

Tels: (21) 2245-8660 / 2556-8898  
[publicidade@gestaodenegocios.com.br](mailto:publicidade@gestaodenegocios.com.br)

3 cm

Mauris ornare ornare turpis, quis venenatis justo tempor id. Donec a nisi nec neque faucibus iaculis sed in sem. Vestibulum sed semper tellus, sit amet rhoncus eros. Ut placerat consectetur nisi, at iaculis lectus vulputate imperdiet. Quisque viverra lacinia massa tellus.

4,5 cm

**OABRJ**

Conte com a Ordem, sempre.



Fotos: Flávia Freitas

Marcello entrega medalhas aos vencedores

## Copa Caarj de jiu-jitsu é sucesso entre os advogados

Realizada no salão nobre do Clube Municipal, a 1ª Copa Caarj de Jiu Jitsu reuniu mais de 300 pessoas, entre atletas e torcedores, no dia 17 de junho. A competição, considerada pelo presidente da Caixa, Marcello Oliveira, um sucesso de público, teve como campeões os advogados Rodrigo Alexandre, na categoria master das faixas roxa-azul; Luiz Felipe Cordeiro, na categoria adulto das faixas roxa-azul; e Bruno Coutinho, na categoria adulto das faixas marrom-preta.

"A prova do sucesso deste encontro está nos mais de 170 colegas que se inscreveram para participar. A Caixa do Rio está seguindo o mesmo caminho das outras caixas do país, que é o de investir em esporte e no fomento da atividade física como forma de promover a qualidade de vida dos advogados", comemorou Marcello.

A Copa Caarj foi realizada em parceria com a Federação de Jiu-Jitsu Desportivo do Rio de Janeiro (FJJJ-Rio). Para o presidente da entidade, Rogério Gavazza, o foco em esportes é uma demonstração de preocupação com o bem-estar dos advogados. "Espero que o exemplo que a Caarj está dando, de enxergar no esporte

um caminho para a saúde e o bem-estar, possa ser seguido por outras entidades, outros conselhos profissionais. Para nós, da Federação, participar deste evento é uma honra e um aprendizado", acrescentou.

A disputa contou com participantes de todo o Estado do Rio de Janeiro. Só da OAB/São João de Meriti saíram 21 atletas, e da Subseção de Nova Iguaçu, 20. O presidente da OAB/Santo Antônio, Aduino Furlani, que é faixa preta e professor de jiu-jitsu, viu na iniciativa uma forma de aproximar dos colegas o esporte que já pratica há 28 anos: "Estava há muito tempo sem competir, mas fiz questão de prestigiar o evento promovido pela Caarj, como forma de incentivo", afirmou.

Vice-presidente da OAB Jovem de São João de Meriti, Anderson Bernardes, que levou o ouro na sua categoria, observou que a iniciativa estimula a prática de esportes e quebra o estigma de sedentarismo da profissão: "Precisamos tirar da mente das pessoas aquela imagem do advogado barrigudinho, sedentário, carregando a sua pastinha pelo fórum. Isso tem que mudar, e a Caarj está promovendo esta mudança".

## Cantando Direito completa um ano



Onílio Santos e Ana Carolina Lima

Realizado pelo Eixo Cultural da Caarj, o projeto *Cantando Direito*, que promove confraternizações entre os advogados com videokê e desconto na consumação de bares e restaurantes na capital e no interior do estado, completa um ano tendo reunido cerca de 400 colegas nas cinco edições promovidas.

Pensando na interação social como um caminho para o bem-estar dos inscritos, o *Cantando Direito* foi idealizado pelo coordenador geral dos delegados da Caarj, Onílio Santos, que viu na conexão com a música uma forma ideal de reunião dos colegas, que, segundo ele, durante o exercício da profissão muitas vezes não fazem conexões entre si por falta de tempo ou até mesmo por estarem em lados opostos nas causas.

"Tudo começou com um grupo de advogados conhecidos que se encontrou em um videokê no Centro. Percebendo como aquele modelo ajudava a descontrair, a puxar para um papo mais leve entre os colegas que às vezes se encontram no fórum até mesmo em uma situação de conflito, eu passei a ideia para a diretoria e fizemos as primeiras edições, no Lapa Café, que foram um sucesso", conta Santos.

Diretora do Eixo Cultural, Ana Carolina Lima ressalta o objetivo das iniciativas de integrar a classe. "Observamos, nos encontros advogados de outras subseções, colegas de diversas faixas de idade, reunidos para consumir cultura e se conhecer melhor, sem competição, sem pontuação. A ideia é soltar a voz, é brincar, nos divertirmos juntos", diz.

Após as primeiras edições no Lapa Café, o projeto foi expandido, seguindo a meta da Caarj de interiorização de suas iniciativas. Presidente da Caixa, Marcello Oliveira frisa a importância de levar as atividades para o interior e alcançar mais advogados: "Queremos que cada vez mais a categoria participe das nossas ações, e tirar as iniciativas do Centro da cidade e leva-las para as subseções é o caminho para isso", pontua.



# Inglês jurídico, benefícios por incapacidade e advocacia cível, temas do bimestre

A programação da Escola Superior de Advocacia (ESA) da OAB/RJ para os meses de julho e agosto apresenta três cursos, com foco na prática e em quem tem pouca experiência nas respectivas temáticas. As inscrições para todas as turmas devem ser feitas pelo site da OAB/RJ, no espaço da ESA: [www.oabRJ.org.br/programacao-esa.html](http://www.oabRJ.org.br/programacao-esa.html).


O curso *Inglês jurídico para principiantes* acontece nos dias 24 e 26 de julho. O objetivo é favorecer o estudo da língua por advogados através do uso de exemplos próprios da área de atuação profissional, expondo-os a discussões sobre temas atuais com outros colegas. A mediação do

professor Paulo Castro, especializado em inglês jurídico. As aulas serão na segunda e na quarta-feira, das 18h30 às 20h (totalizando 3h/a). O valor do investimento é de R\$ 150.

Em agosto, estão agendados dois cursos práticos. O primeiro traz como tema *Benefícios por incapacidade*. As aulas serão nos dias 3 e 4, quinta e sexta-feiras, das 9h30 às 12h30 (6h/a), com o professor Gabriel Tinoco Palatnic. O auxílio-doença é o assunto da primeira aula, e a Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) e a aposentadoria por invalidez, os da segunda. O valor do investimento é de R\$ 180.

Já a turma *Prática de advocacia*

*cível* (para principiantes) terá início dia 4 de agosto, e as aulas irão até 15 de dezembro, sempre às sextas-feiras, das 10h às 12h30, com o professor Nahim Murad. No programa, pontos como o atendimento ao cliente, ações e procedimentos no Código de Processo Civil, petição inicial, audiências e sentença, ações e procedimentos na legislação especial e noções de recursos, entre outros. O valor do investimento é de R\$ 300.

As aulas acontecem na ESA – Avenida Marechal Câmara, 150, 2º andar. Mais informações pelo telefone (21) 2272-2097 ou por email: [esa@oabRJ.org.br](mailto:esa@oabRJ.org.br). 

[fgv.br/direitorio](http://fgv.br/direitorio)

## PARA SER UM PROFISSIONAL DIFERENCIADO, VOCÊ PRECISA ESTUDAR EM UMA ESCOLA QUE SEJA REFERÊNCIA DE ENSINO.

### LL.M - PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Reconhecida pelo LL.M Guide, é a formação ideal para quem quer alcançar cargos de liderança, lidando com questões contemporâneas do Direito.

### CONHEÇA NOSSOS CURSOS:

LL.M em Direito:  
Empresarial

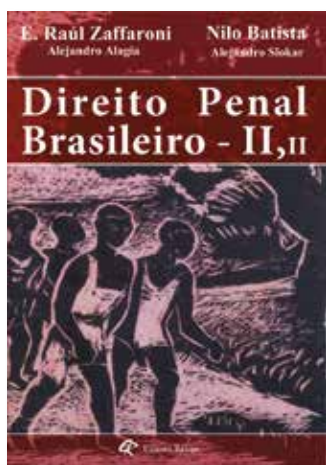
LL.M em Direito:  
Negócios – Novo

LL.M em Direito:  
Civil e Processual  
Civil – Novo

Os cursos **novos** serão oferecidos às sextas e sábados. Mais informações e edital: [fgv.br/direitorio/pos-graduacao](http://fgv.br/direitorio/pos-graduacao)

Início das aulas: agosto de 2017  
(21) 3799-5350  
[direitopec@fgv.br](mailto:direitopec@fgv.br)

**FGV DIREITO RIO**



## Direito Penal brasileiro – segundo volume

O livro trata da teoria do delito e seus desdobramentos: antijuricidade e justificação, imputabilidade, culpabilidade e exculpação, autoria e participação, tentativa e concurso de crimes. De autoria original de Raúl Zaffaroni, Alejandro Alagia e Alejandro Slokar, a obra foi traduzida para o português e transposta para o Direito brasileiro por Nilo Batista, que considera a visão dos companheiros uma advertência para os riscos que o poder punitivo oferece ao Estado de Direito. Da editora Revan. Mais informações no site [www.revan.com.br](http://www.revan.com.br).



**Silvana do Monte Moreira\***

## O amor nos tempos do cólera

O livro trata da relação de um triângulo amoroso perpassando pelo amor, pelo envelhecimento e pela morte, ou concepção da finitude da vida.

A narrativa é realista, forte, pungente, e nos transforma em parte da história que se desenvolve por 50 anos.

Traz a marca de Gabriel García Márquez, sendo de um realismo estonteante; impossível não nos deslocarmos na mesma viagem dos personagens. É mais que tudo uma história de amor, atemporal. O autor não segue uma cronologia pré-determinada; passa de um relato a outro, com idas e voltas no tempo sem prejudicar em nada o encadeamento da narrativa.

Trata-se de uma história de amor concebida a partir da genialidade de Márquez, que ora traz alegrias, ora tristezas, melancolia.

Li esse livro pela primeira vez aos 22 anos e hoje, 35 anos depois, sinto a mesma emoção que me fez devorá-lo em um final de semana.

*\*Presidente da Comissão de Direitos da Criança e do Adolescente da OAB/RJ*



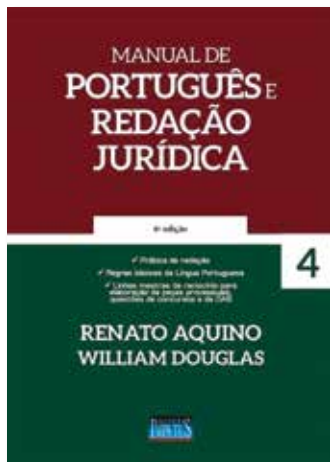
## Manual de redação jurídica

Recém-lançada, a 6ª edição da obra de José Maria da Costa chega aos leitores revisada e ampliada por centenas de novos verbetes, boa parte direcionada a elucidar dúvidas sobre a nova sistemática de grafia em vigor na língua portuguesa. Da editora Migalhas. Mais informações no site [www.livrariamigalhas.com.br](http://www.livrariamigalhas.com.br).



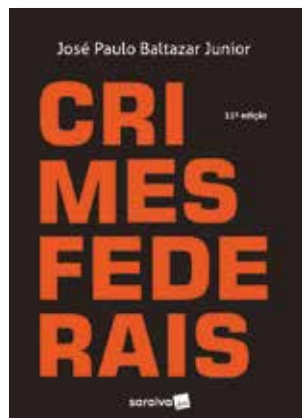
## Arquitetura da dominação

No livro, Marcelo Biar analisa as prisões brasileiras como um reflexo da miséria no país, refletindo sobre a influência do regime escravocrata no sistema. O autor apresenta ainda uma relação entre as unidades prisionais e as favelas e a criminalização do negro, observando que há um abismo entre o objetivo do cárcere e o que realmente acontece no sistema. Da editora Revan. Mais informações no site [www.revan.com.br](http://www.revan.com.br).



## Manual de português e redação jurídica

Entendendo a importância da arte de redigir bem para as demandas judiciais, os autores Renato Aquino e William Douglas reúnem neste livro os principais temas do estudo da língua portuguesa para a prática da redação jurídica, apresentando, de forma direta e descomplicada, assuntos pertinentes a essa temática requisitada e desafiadora. Em sua sexta edição, a obra se torna mais objetiva e conta com mais materiais para resolução de provas. Da editora Impetus. Mais informações no site [www.impetus.com.br](http://www.impetus.com.br).



## Crimes federais

Em sua 11ª edição, a obra sistematiza o grande volume de informações a respeito dos principais crimes da jurisdição federal, seja de competência exclusiva ou compartilhada com a Justiça estadual, previstos tanto no Código Penal como nas leis esparsas. O autor constrói uma completa análise dos crimes federais, à luz da jurisprudência dos tribunais superiores e dos tribunais regionais federais, com indicações da doutrina específica, entregando ao leitor um quadro abrangente e atual das características de cada um dos delitos. Da editora Saraiva Jur. Mais informações no site [www.saraiva.com.br](http://www.saraiva.com.br).



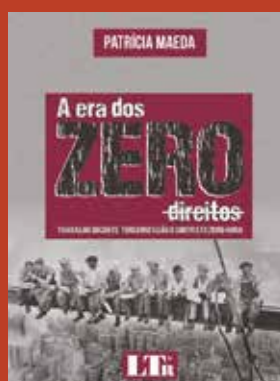
## Dilemas na Constituição

Considerando a importância da Constituição Federal de 1988 para a estabilidade democrática e institucional inspirada na valorização da cidadania, Alfredo Copetti Neto, George Salomão Leite e Glauco Salomão Leite reúnem nesta obra estudos de renomados acadêmicos que observam como a Carta é aplicada no quadro de instabilidade política dos últimos tempos. De forma a facilitar a reflexão, os organizadores apresentam um mosaico sobre os principais entraves da ordem constitucional brasileira, destacando seus desafios e alternativas democráticas. Da editora Fórum. Mais informações no site [loja.editoraforum.com.br](http://loja.editoraforum.com.br).



## Curso de Direito do Trabalho

De Mauricio Godinho Delgado, o livro, em sua 16ª edição, foi revisto, atualizado e ampliado incluindo o debate reaberto no país a respeito do “negociado sobre o legislado”. Incorpora, também, as inovações trazidas por novos diplomas normativos publicados em 2016, assim como as modificações jurisprudenciais surgidas no Tribunal Superior do Trabalho (TST) e no Supremo Tribunal Federal (STF) no último ano. Da editora LTr. Mais informações e vendas no link <https://goo.gl/8DiC1r>



## A era dos zero direitos

Originalmente uma dissertação de mestrado defendida na Faculdade de Direito da USP, o livro de Patrícia Maeda crítica as imposições das classes proprietárias e de seus governos em direção ao desmonte dos direitos do trabalho. A autora se baseia na análise de um tripé, que a guia por todo o livro: o trabalho decente, a terceirização e a flexibilização do trabalho. Com isso, explora práticas como o chamado zero hour contract, a “pejotização”, entre outras que, segundo ela, são exemplos disfarçados de assalariamento na era da flexibilidade total. Da editora LTr. Mais informações e vendas no link: <https://goo.gl/Y3LTri>





# Musicais com desconto para os advogados pelo *Caarj Cultural*



Foto: Divulgação

A programação de julho do *Caarj Cultural*, programa do Eixo Cultural da Caixa que oferece desconto para os advogados em espetáculos teatrais, traz dois musicais para a diversão dos advogados em julho.

Parceiro da Caarj, o Teatro Maison de France tem em sua programação o espetáculo *Emilinha*, que conta a história de Emilinha Borba e é derivado da peça de grande sucesso em 2011 *Emilinha e Marlene*, que apresentava a trajetória das duas cantoras da Era do Rádio. Com a grande aceitação do público, a atriz Stella Maria Rodrigues, conhecida por sua atuação em musicais, volta para um novo espetáculo sobre a história da eterna Rainha do Rádio.

Sem deixar de homenagear a amiga Marlene, com quem protagonizou uma das rivalidades midiáticas mais icônicas da

música brasileira, o musical focaliza os grandes clássicos que ficaram famosos na voz de Emilinha. Além de retratar os boletos românticos característicos de uma época, o espetáculo se transforma também em um grande baile de Carnaval, com as marchinhas inesquecíveis interpretadas por ela. O espetáculo fica em cartaz até o dia 21 de julho e os colegas têm direito a 30% de desconto na compra do ingresso ao apresentar a carteira da Ordem na bilheteria.

Já o Teatro Riachuelo continua com o musical *Suassuna – O auto do reino do sol* com 25% de desconto para a advocacia. Na montagem, Ariano Suassuna, que completaria 90 anos neste ano, é o grande homenageado, em uma narrativa que apresenta traços marcantes de sua trajetória, como a defesa da brasilidade e a valorização da cultura nacional, além da mistura da arte popular com o universo erudito, tão presente em suas obras. O espetáculo fica em cartaz até 20 de agosto.

## ■ Teatro Maison de France

Av. Pres. Antônio Carlos, 58 – Centro - Rio de Janeiro  
Tel: (21) 3974-6644

### *Emilinha*

Quintas e sextas – 19h  
Até 21/07  
Desconto de 30%

## ■ Teatro Riachuelo

Rua do Passeio, 38/40 – Centro - Rio de Janeiro  
Tel: (21) 3005-3432

### *Suassuna – O Auto do Reino do Sol*

Quinta a domingo - 20h30  
Até 20 de agosto  
Desconto de 25%

## Ensaio visual sobre ruína e memória

### MARCELO MOUTINHO

Humerstone (Chile), Armero (Colômbia), Epecuén (Argentina) e Fordlândia (Brasil) guardam um traço em comum. São lugares que, por razões econômicas ou catástrofes naturais – em alguns casos, ambas conjugadas –, literalmente viraram escombros. As quatro

localidades protagonizam o documentário *Cidades fantasmas*, atualmente em cartaz, no qual o diretor gaúcho Tyrel Spencer cruza depoimentos de moradores e as imagens desoladoras do ocaso para erigir um poderoso ensaio sobre memória e ruína. As histórias que sobrevivem nas frestas da lembrança teimam em enxergar a vida dentro da morte. É triste, mas também bonito.

Epecuén, na Argentina





## Relação entre presidiárias e seus filhos na mostra do Centro Cultural Correios

A dura realidade das mulheres presas, em especial no que diz respeito às suas relações com filhos e familiares, é o tema da exposição *Ausência*, de autoria da fotógrafa Nana Moraes, e que está em cartaz com entrada gratuita no Centro Cultural Correios até o dia 6 de agosto. A mostra é resultado de um trabalho de seis anos da fotógrafa, que incluiu mais de 15 visitas ao presídio, e se concentrou em seis mulheres, mais de 40 cartas trocadas, e muita linha e retalhos.

Parte da programação oficial do *FotoRio*, a mostra faz parte da trilogia *DesAmadas*, na qual Nana desvela a vida de mulheres estigmatizadas. O primeiro volume foi lançado em 2007 com o livro *Andorinhas*, que investiga a vida de prostitutas de estrada.

"Tenho essa vontade de tornar visível o que não se quer ver. Depois de fotografar um segmento tão carente e abandonado, para onde eu iria agora? Quando estava fazendo *Andorinhas*, muitas prostitutas falavam 'sou prostituta, mas não sou criminosa'. Daí veio a ideia de mergulhar no mundo das presidiárias,

elas precisam de voz", explica Nana.


A fotógrafa relata que, ao se deparar com a realidade das mulheres presas e com a ruptura do laço familiar imposto pela situação, filhos sendo criados por avós, tios, vizinhos, ou até ficando abandonados, percebeu que não poderia contar suas histórias apenas escrevendo e retratando. "Era preciso contar de uma maneira diferente: costurando esses laços rompidos".

Assim, 18 mulheres do presídio Nelson Hungria, do Complexo de Geracino, em Bangu, no Rio de Janeiro, foram escolhidas para o projeto. Elas teriam a oportunidade de se conectar novamente com seus filhos que não viam ou nem sabiam como estavam por muitos anos, através de fotografias e cartas, meios de comunicação favoritos de Nana.

Das 17 mulheres que iniciaram no projeto, apenas seis receberam autorização dos cuidadores dos filhos para participar. Nana viajou para o Paraná e, no Rio, foi a Barra Mansa, Valença, e na Baixada, onde visitou casas para fotografar os filhos e entrevistá-los.

Segundo Nana, foi a partir desse momento que as grandes fotos apareceram: as mulheres recebendo as cartas com as fotos dos filhos. "Quando eu falo que as grandes fotos apareceram, não estou falando da técnica ou luz, estou falando que consegui fotografar a subjetividade delas. Queria falar pela fotografia. É a narrativa que me interessa", explica.

Completando o processo artístico, Nana costurou manualmente, inspirada pela técnica têxtil chilena *arpillera*, diversas peças que representam aconchego, calor e conforto, como cobertores, mantas e toalhas, feitas a partir de retalhos de tecidos e fotos, e bordados de frases que ouviu das presas e familiares e de trechos das cartas: "Escolhi contar essas histórias dessa forma pois é como se eu estivesse costurando, remendando essas relações entre as mães e seus filhos e filhas".

O Centro Cultural Correios funciona de terça-feira a domingo, das 12h às 19h, na Rua Visconde de Itaboraí, 20—Centro. Mais informações no site [www.correios.com.br](http://www.correios.com.br) ou pelo telefone (21) 2253-1580. 



**Suzani Ferraro, presidente da Comissão de Previdência Social da OAB/RJ**

**Jurista:** Alguns marcaram: Pierr Rosanvallon, Celso Barroso Leite, Norberto Bobbio, Wagner Balera, Maurício Godinho, Luís Roberto Barroso e Sacha Calmon Navarro Coelho

**Livro:** *Dom Casmurro*, de Machado de Assis

**Lugar:** Toscana, na Itália, e Rio de Janeiro

**Filme:** *A insustentável levezza do ser*, do romance de Milan Kundera

**Time:** Fluminense

**Cantor/Cantora:** Caetano Veloso e Marisa Monte

**Ator/Atriz:** Jack Nicholson e Meryl Streep

**Mito:** A morte de Tacredo Neves

**Esporte:** Caminhadas e voleibol

**Hobby:** Cinema

**Prato favorito:** Adoro uma boa pasta italiana

**Programa de TV:** Minisséries

**Música:** *Catedral*, interpretada por Zélia Duncan, e *Terra*, de Caetano Veloso

**Fato da história:** A Revolução Francesa. No Brasil, o movimento das Diretas Já em 1984

**Frase/citação:** "Bom mesmo é ir à luta com determinação, abraçar a vida com paixão, perder com classe e vencer com ousadia, porque o mundo pertence a quem se atreve. E a vida é muito bela para ser insignificante", de Charles Chaplin

Confeitaria Colombo, no Forte de Copacabana



# LEIA TRIBUNA DIGITAL

DO ADVOGADO Órgão de divulgação da OABRJ

- > **Eventos**
- > **Notícias**
- > **Cursos**
- > **Novidades**

Toda segunda, a OAB/RJ envia por email a *Tribuna Digital*, boletim eletrônico com o resumo das notícias mais importantes do dia a dia na área jurídica. Fique informado também sobre os serviços, projetos e ações em andamento.

Acesse [www.oabRJ.org.br/tribuna\\_online.html](http://www.oabRJ.org.br/tribuna_online.html) e receba o boletim.

[Clique aqui se estiver com problemas para ver este e-mail.](#)

## TRIBUNA DO ADVOGADO

DIGITAL  
Órgão de divulgação da OABRJ

**TJ recomenda suspensão imediata de audiências e acena com férias no final de 2014**

A presidente do TJ, Leila Mariano, atendeu parcialmente o pedido da OAB/RJ de concessão de férias para a advocacia. Em aviso na última semana, ela recomendou aos magistrados que evitassem a designação de audiências entre 20 de dezembro de 2013 e 20 de janeiro de 2014. Em relação à oficialização das férias, a desembargadora afirmou que o tribunal estuda sua viabilidade para aplicação no fim do próximo ano.

Leia mais

**Durante o recesso, petições com pedidos urgentes devem ser protocoladas em papel**

A Corregedoria-Geral da Justiça do Rio determinou que, durante o período de recesso forense, as petições com pedidos urgentes devem ser protocoladas em papel a fim de que sejam apreciadas no plantão Judiciário. A análise das petições eletrônicas só vai ocorrer depois do dia 5 de janeiro.

Leia mais

**Expediente na OAB/RJ acompanha recesso e será interrompido após esta quinta**

Do dia 20 de dezembro até 6 de janeiro, período de recesso do Judiciário, os prazos processuais estarão suspensos e os tribunais funcionarão em regime de plantão para exame de matérias de caráter urgente. A OAB/RJ vai funcionar até quinta-feira, dia 19, retomando suas atividades em 6 de janeiro.

Leia mais

Conte com a Ordem,  
sempre.

**OABRJ**

# Água, luz e plano de saúde de qualidade: não dá para ficar sem.

Você sabe, ter plano de saúde nos dias de hoje é item de primeira necessidade: não dá para ficar sem.

**Por isso, a Qualicorp e a CAARJ oferecem excelentes opções em condições imperdíveis para você, advogado.**

Planos a partir de  
**R\$ 204<sup>1</sup>**



Não fique sem plano de saúde. Ligue agora.

**0800 799 3003**  
[www.qualicorp.com.br/anuncio](http://www.qualicorp.com.br/anuncio)



Bradesco Saúde: **ANS nº 005711** | SulAmérica: **ANS nº 006246** | Golden Cross: **ANS nº 403911** | Unimed-Rio: **ANS nº 393321**

Qualicorp  
Adm. de Benefícios:  
**ANS nº 417173**

<sup>1</sup>R\$ 203,46 - Ideal Adesão Trad. 16 F AHO QC COP (registro na ANS nº 476.929/16-5), da SulAmérica Saúde, faixa etária até 18 anos, com coparticipação e acomodação coletiva (tabela de julho/2017 - RJ). Planos de saúde coletivos por adesão, conforme as regras da ANS. Informações resumidas. A comercialização dos planos respeita a área de abrangência das respectivas operadoras de saúde. Os preços e as redes estão sujeitos a alterações, por parte das respectivas operadoras de saúde, respeitadas as disposições contratuais e legais (Lei nº 9.656/98). Condições contratuais disponíveis para análise. Junho/2017.